



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO- PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA -
PPGCP**



ROGÉRIO DE OLIVEIRA ARAÚJO

**ANTIPARTIDARISMOS E JUVENTUDES: EFEITOS DO CICLO DE
VIDA E DO CONTEXTO POLÍTICO SOBRE A EXPRESSÃO DE
SENTIMENTOS ANTIPARTIDÁRIOS ENTRE OS JOVENS**

TERESINA

2021

ROGÉRIO DE OLIVEIRA ARAÚJO

ANTIPARTIDARISMOS E JUVENTUDES: EFEITOS DO CICLO DE VIDA E DO CONTEXTO POLÍTICO SOBRE A EXPRESSÃO DE SENTIMENTOS ANTIPARTIDÁRIOS ENTRE OS JOVENS

Texto para exame de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Olívia Perez

TERESINA

2021

ROGÉRIO DE OLIVEIRA ARAÚJO

ANTIPARTIDARISMOS E JUVENTUDES: EFEITOS DO CICLO DE VIDA E DO CONTEXTO POLÍTICO SOBRE A EXPRESSÃO DE SENTIMENTOS ANTIPARTIDÁRIOS ENTRE OS JOVENS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Estado, Instituições Políticas e Democracia.

Linha de Pesquisa: Democracia, Comportamento Político e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Olívia Cristina Perez

Aprovado em 09 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Olívia Cristina Perez
(UFPI) Orientadora



Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas
(UFPI) Examinador Interno



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
(UEM) Examinador Externo à
Instituição

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processos Técnicos

A663a Araújo, Rogério de Oliveira.
 Antipartidarismos e juventudes : efeitos do ciclo de vida e do
 contexto político sobre a expressão de sentimentos antipartidários
 entre os jovens / Rogério de Oliveira Araújo. -- 2021.
 74 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
 de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
 Ciência Política, Teresina, 2021.
 “Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olívia Perez.”

 1. Jovens – Brasil – Atividades políticas. 2. Jovens –
 Antipartidarismo. I. Perez, Olívia. II. Título.

CDD 305.230 981

Bibliotecária: Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB3/1282

Dedicatória

Aos meus pais Lúdia e Francisco

AGRADECIMENTO

Reconhecer todos aqueles que foram importantes nesta jornada acadêmica é uma tarefa difícil, e corro o risco de esquecer pessoas importantes neste processo. No entanto, é importante reforçar alguns nomes que muito contribuíram em toda a minha trajetória, seja do ponto de vista intelectual, seja como suporte afetivo e emocional.

Agradeço inicialmente a minha família, em especial meus pais Maria Lúcia e Francisco das Chagas, pelo suporte nos anos de estudo e por todo o apoio ao longo de minha carreira acadêmica.

A minha companheira Maria Alves pela compreensão e apoio nos desafios da vida.

A Todos os professores do Programa de Pós-Graduação Em Ciência Política pelo empenho e dedicação no ensino no ensino.

Aos companheiros e companheiras da turma de mestrado pela parceria diante das dificuldades.

Em especial a minha orientadora Professora Olívia Perez, pela paciência e competência no decorrer desses anos de mestrado.

A todos aqueles que não foram citados aqui, mas contribuíram de algum modo na minha formação, meus sinceros agradecimentos.

Resumo: Esta pesquisa investiga o impacto das diferentes condições juvenis sobre o antipartidarismo. Destaca-se ainda no estudo a força de eventos como as Jornadas de Junho e os escândalos de corrupção do Mensalão como catalizadores dos sentimentos antipartidários. Foi utilizada metodologia quantitativa a partir da análise do banco de dados do ESEB (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018), priorizando as variáveis referentes à avaliação dos partidos políticos e das instituições democráticas. A partir da categorização das juventudes segundo os pressupostos do ciclo de vida, analisamos em que medida as diferentes condições juvenis manifestam os sentimentos antipartidários ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, relacionando a expressão do antipartidarismo com contextos políticos que impactaram o cenário político nacional, a exemplo das Jornadas de Junho. Os resultados demonstraram que as condições juvenis do “jovem estudante” e do “jovem solteiro” têm uma tendência maior ao antipartidarismo, enquanto que, o “jovem adulto” possui uma percepção política dos partidos bem mais próxima dos adultos. Além disso, o ano de 2006 e de 2014 reforçaram a hipótese de que os eventos do Mensalão e das Jornadas de Junho possuíram um forte impacto na expressão dos sentimentos antipartidários, evidenciando o caráter responsivo da percepção política dos jovens e do próprio eleitorado brasileiro em relação aos partidos políticos.

Palavras-Chave: Antipartidarismo. Juventudes. Ciclo de Vida. Condição Juvenil. Contexto Político. Jornadas de Junho.

Abstract: This research investigates the impact of different youth conditions on anti-partisanship. The study also highlights the strength of events such as the June Journeys and the 'Mensalao' corruption scandals as catalysts for anti-partisan feelings. Quantitative methodology was used based on the analysis of the *ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)* database (2002, 2006, 2010, 2014 and 2018), prioritizing the variables related to the evaluation of political parties and democratic institutions. From the categorization of young people, according to life cycle assumptions, it analyzes the extent to which different youth conditions manifest anti-partisan feelings over the first two decades of the 21st century, relating the expression of anti-partisanship with political contexts that impacted the national political scenario, like the June Journeys. The results showed that the youth conditions of the "young student" and the "single person" have a greater tendency to anti-partisanship, while the "young adult" has a political perception of political parties more similar to adults. Moreover, 2006 and 2014 reinforced the hypothesis that the events 'Mensalao' and June Journeys in Brazil had a strong impact on the expression of anti-partisan feelings, evidencing the responsive character of the young people's political perception and the Brazilian electorate in relation to the political parties.

Keywords: Anti-partisanship, Young People, Life Cycle, Youth Condition, Political context, June Journeys.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
1.1	Metodologia.....	10
2	CULTURA POLÍTICA E SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS.....	16
2.1	Cultura política: partidos políticos e democracia.....	16
2.2	Partidarismo na américa latina e no Brasil.....	18
2.3	Antipartidarismo: conceitos e implicações.....	22
3	JUVENTUDES: INTERPRETAÇÕES SOBRE O JOVEM NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA.....	30
3.1	Perspectivas clássicas sobre as juventudes.....	31
3.2	Ciclo de vida, condição juvenil e sentimentos partidários.....	33
3.3	Juventudes, jornadas de junho e “novas” formas de organização.....	36
4	JUVENTUDES E SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS.....	39
4.1	Juventudes e ciclo de vida: a condição juvenil.....	45
5	EFEITOS DE CONTEXTO E CICLO E VIDA SOBRE O ANTIPARTIDARISMO.....	52
5.1	Antipartidarismo e condição juvenil.....	55
5.2	Condição Juvenil e contexto político.....	61
6	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, o Brasil passou por intensos ciclos de protestos, inicialmente com a pauta do transporte público, mas que logo se desenvolveram e ampliaram levando a manifestações voltadas contra a política institucional (TATAGIBA; GALVÃO, 2019; PEREZ, 2021). Dentre as expressões que passaram a existir dentro das Jornadas de Junho, o antipartidarismo ganhou destaque principalmente pela rejeição de bandeiras partidárias nas manifestações, ocorrendo até mesmo episódios de violência contra os militantes que tentaram participar dos atos portando alguma identificação partidária (CORREIO DO POVO, 2013).

Tais episódios evidenciaram o antipartidarismo presente na cultura política do brasileiro, em especial do jovem. O espaço das ruas tradicionalmente ocupado pelos partidos de esquerda foi permeado por uma gama plural de atores que procuravam se desvincular de qualquer caráter da política institucional que, para muitos era considerada parte do problema a ser combatido nas manifestações (SCHERER-WARREN, 2014).

A expressão de sentimentos antipartidários nas Jornadas de Junho estimularam estudos sobre como o antipartidarismo tem se desenvolvido no Brasil. Entretanto, dentro da literatura internacional já na década de 1990 pesquisas como as de Poguntke (1996), Poguntke e Scarrow (1996) e Bardi (1996) lançaram os pressupostos básicos para a análise do antipartidarismo, classificando esse fenômeno como “sentimentos desfavoráveis” em relação aos partidos políticos.

As pesquisas sobre os partidos políticos no Brasil e a relação destes com o eleitorado têm se desenvolvido desde o século passado, especialmente após o processo de redemocratização, com destaque para as primeiras décadas do século XXI (BAQUERO; LINHARES, 2011; KINZO, 2005; BAQUERO; VASCONCELOS, 2013; SCHIMITT, 2000; FUKS; BORBA; RIBEIRO, 2018; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018). As análises brasileiras focam no contexto de formação histórico-cultural para compreender a rejeição e baixa adesão dos indivíduos aos partidos (BAQUERO, LINHARES, 2011; KINZO, 2005; BAQUERO, VASCONCELOS, 2013; SCHIMITT, 2000). Outros estudos caminham no sentido de relacionar a rejeição aos partidos ao aspecto da intolerância política, compreendida como a ausência do diálogo e do reconhecimento do direito do outro em opinar e participar (FUKS; BORBA; RIBEIRO, 2018; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018). Por outro lado, a literatura sobre juventude dentro da ciência política tende a caminhar na perspectiva da socialização política, considerando os fatores que contribuem para a inserção do jovem e sua

participação na esfera política (KRISCHKE, 2004; FUKS, 2011; BAQUERO; BAQUERO, 2012; RIBEIRO, 2012; OKADO; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; FUKS, 2019).

Quando relacionamos diretamente o estudo do antipartidarismo com a juventude é perceptível uma lacuna na literatura dentro da ciência política. Os trabalhos que apresentam análises ou referências ao tema estão no geral centrados em compreender outros fenômenos dos quais o antipartidarismo e a juventude também fazem parte. Diante disso, temos trabalhos que se concentram em compreender as manifestações e o ciclo de protestos que tiveram seus auge nas Jornadas de Junho de 2013 (TATAGIBA, 2014; TATAGIBA; GALVÃO, 2019); outros trabalham na perspectiva de analisar a atuação dos movimentos sociais e sua relação com as Jornadas (PEREZ, 2019; SCHERER-WARREN, 2014). Por fim, há ainda os que priorizam a relação da internet com o modo pelo qual os jovens participam e compreendem a política institucional (BAQUERO; MORAIS, 2018; RAMÍREZ, 2016).

Mediante o exposto, esta pesquisa preenche essa lacuna nos estudos sobre antipartidarismo ao focar nas juventudes, realizando um estudo que apresenta o antipartidarismo numa perspectiva temporal mais ampla, observando suas variações no tempo e a correlação com a conjuntura política. Assim, a pergunta que norteou esta pesquisa foi: em que medida as diferentes condições juvenis e o contexto político e social têm impactado no desenvolvimento de sentimentos antipartidários nas juventudes do Brasil ao longo das duas primeiras décadas do século XXI?

Para responder a pergunta citada, adotamos como referencial teórico os pressupostos do ciclo de vida que considera o papel social dos indivíduos para além da delimitação etária. A perspectiva do ciclo de vida toma alguns marcadores sociais tais como a inserção no mercado de trabalho, a formação de um núcleo familiar, a saída da casa dos pais dentre outros para delimitar as fases de vida do indivíduo (OKADO; RIBEIRO, 2015; SHANAHAN, 2000; SPOSITO, 2003). Os pressupostos do ciclo de vida permitem ir além de uma visão clássica sobre a juventude, como as da teoria geracional ou classista (PAIS, 1990). A partir dos marcadores sociais do ciclo de vida a juventude pode ser melhor compreendida em sua pluralidade, bem como as diferentes juventudes expressam sentimentos antipartidários.

Aliado a perspectiva do ciclo de vida também arregimentamos referencial teórico próprio das análises da cultura política e dos sentimentos antipartidários. Assim, pressupostos como os do antipartidarismo cultural e reativo de Poguntke (1996); mobilização cognitiva de Dalton, McAllister e Wattenberg (2003); desenvolvimento humano de Inglehart e Welzel (2005); rejeição aos corpos intermediários de Urbinati (2016) e cidadão crítico de Pippa Norris (1999) contribuíram para analisar a expressão do antipartidarismo nas diferentes juventudes.

A partir desses referenciais temos como hipótese a influência dos marcadores sociais da teoria do ciclo de vida sobre a expressão dos sentimentos antipartidários das juventudes. Nesse aspecto, procuramos evidenciar como a inserção nas dinâmicas da produção e reprodução impactam na expressão do antipartidarismo pelos jovens. Além disso, como hipótese secundária procuramos demonstrar como o contexto político e social marcado por eventos históricos de grande impacto a exemplo das Jornadas de Junho possuem um forte impacto sobre a expressão do antipartidarismo.

Este trabalho segue dividido em quatro capítulos mais uma conclusão. No primeiro, desenvolvemos uma discussão sobre as teorias do partidarismo e antipartidarismo, apresentando seus principais conceitos e análises em torno dos sentimentos partidários que se manifestam na cultura política dos eleitores. O segundo capítulo é dedicado à discussão sobre as principais teorias e estudos sobre as juventudes, apresentando desde referenciais mais clássicos sobre a questão juvenil até leituras contemporâneas. No capítulo 3 apresentamos um panorama geral da avaliação dos jovens em relação aos partidos políticos. Além disso, nesse capítulo foi apresentado o perfil dos jovens de acordo com os marcadores sociais da teoria do ciclo de vida, de modo a construir as categorias das diferentes condições juvenis. O capítulo 4 traz os resultados da pesquisa sobre como o antipartidarismo tem variado ao longo das últimas décadas, além do impacto das dinâmicas do ciclo de vida sobre a expressão do antipartidarismo. Por fim, na conclusão sintetizamos os principais achados da pesquisa e as agendas de estudo que se abrem.

1.1 Metodologia

Esta pesquisa fez uso de metodologia quantitativa. Utilizamos como referência para a análise os dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), considerando para isso as ondas referentes a 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. Tal recorte temporal foi adotado na medida em que permite uma percepção mais ampla do desenvolvimento do antipartidarismo no Brasil, pois além de coincidir com o período eleitoral também possibilita a análise da repercussão na cultura política de fatos que impactaram o cenário nacional como a eleição do ex-presidente Lula em 2002, os escândalos do mensalão em 2006, a crise econômica de 2008, as Jornadas de Junho em 2013 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

O banco de dados do ESEB foi utilizado nesta pesquisa em detrimento de outras fontes, como o Latinobarômetro ou o Lapop, por possuir uma regularidade em sua aplicação e abordar de forma mais direta a questão do antipartidarismo em seu questionário. Além disso, o ESEB

se constitui num estudo de nível nacional, permitindo analisar o contexto brasileiro de maneira mais específica que os demais bancos citados, que tem por objetivo analisar toda a América Latina.

Na estrutura do ESEB é possível encontrar uma série de questões que tratam sobre a identificação partidária dos eleitores e sua avaliação dos partidos. Apesar do ESEB se constituir num banco que trabalha com dados coletados em períodos eleitorais, nos quais os eleitores estão mais mobilizados, proporcionando certo nível de contaminação dos sentimentos partidários, como sugerem Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), ele ainda é superior, em relação aos demais bancos, quando consideramos a estrutura do seu questionário, que permite um recorte mais objetivo dos indivíduos com maior rejeição aos partidos políticos.

Nesse sentido, é importante considerar que todos os *surveys* sobre comportamento político possuem limitações que necessitam serem problematizadas em cada pesquisa. Um ponto que merece destaque nesse sentido quanto ao ESEB são as mudanças que ocorrem na estrutura do questionário de uma onda para outra, o que dificulta análises comparativas. Especificamente em relação ao objeto dessa pesquisa temos a mudança na lista de partidos que compõem a avaliação das legendas a partir de 2010. Além disso, em 2018 as questões sobre identificação partidária, tanto afetiva como racional foram reestruturadas, adotando uma estrutura de questão na forma interrogativa negativa o que dificultou a construção de gráficos contendo todos os anos em estudo.

Importa mencionar que os estudos sobre juventude tendem a tomar o recorte etário de 15 a 24 anos, tendo em vista que essa faixa corresponde em grande parte a indivíduos com características mais condizentes com a condição juvenil, tais como a dedicação exclusiva ao estudo, a ausência de um núcleo familiar próprio e a não inserção no mercado de trabalho (OKADO; RIBEIRO, 2015). Neste estudo, no entanto, consideramos o recorte de 16 a 29 anos para compor a amostra devido à composição do *survey* do ESEB que levou em conta uma amostragem do eleitorado, excluindo, portanto, os menores de 16 anos. Nosso recorte etário leva em consideração a princípio o marco legal da juventude no Brasil, estabelecido pelo Estatuto da Juventude (2013) que propõe a faixa de 15 a 29 anos. Essa abordagem, juntamente aos marcadores do ciclo de vida, foi adotada na medida em que possibilita uma análise mais ampla sobre as juventudes, explicitando como o fator idade, apenas, não é capaz de definir a condição juvenil.

Para melhor apropriação do assunto, é importante retomar o fato de que a delimitação estritamente etária da juventude se constitui num apanhado que homogeneiza um grupo que tem as mais diversas expressões e vive nas mais diversas situações (SPOSITO, 2003). Assim,

esse recorte é utilizado aqui como ponto de partida para chegar a uma classificação mais aproximada das juventudes.

Na tabela 1 apresentamos a distribuição de jovens e adultos segundo o recorte etário de 16 a 29 anos que responderam as questões do ESEB. Este grupo constitui o número de casos abordados na pesquisa

Tabela 01. Número de casos abordados na pesquisa.

<i>Ano</i>	<i>Jovens (16 a 29 anos)</i>	<i>Adultos (30 anos ou mais)</i>
2002	748	1765
2006	371	629
2010	592	1408
2014	855	2281
2018	689	1817
<i>TOTAL</i>	3255	7900

Fonte: elaboração própria com base no ESEB (2002 a 2018).

Como podemos perceber na tabela 1 o número de jovens entrevistados nos ESEBs, salvo o ano de 2006, não chega a metade do número de casos total. Isso se deve ao fato de que o ESEB procura refletir a distribuição do eleitorado brasileiro. Apesar disso, a representatividade de jovens no *survey* permite realizar análises sobre a sua cultura política.

Mediante o afirmado anteriormente, a simples demarcação de uma faixa etária não é suficiente para realizar um estudo sobre as juventudes. Sposito (2003) reforça que a juventude é um grupo altamente plural e que carece de uma análise interna que dê conta das especificidades de cada condição juvenil. Assim, adotamos os pressupostos da teoria do ciclo de vida para categorizar as diferentes condições juvenis, observando assim como cada uma delas expressa sentimentos antipartidários.

Dessa forma, os jovens neste estudo estão separados em três categorias segundo sua imersão nas dinâmicas da produção e reprodução, sendo elas: a) Jovem estudante; b) Jovem solteiro e; c) Jovem adulto. A Exemplo dos estudos de Okado e Ribeiro (2015), Okado (2013) e Okado, Ribeiro e Lazare (2018), essa classificação foi realizada na medida em que permite visualizar as diferentes condições juvenis, escapando de uma percepção meramente etária. Em nossa discussão no capítulo 3, abordamos detalhadamente essas classificações.

A análise dos dados se concentrou inicialmente em apresentar a percepção da juventude de um modo geral sobre os partidos políticos, considerando para isso as variáveis de identificação com algum partido quanto ao modo de pensar e a identificação com as legendas. Nessa etapa, foram trabalhadas as seguintes questões do ESEB: Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) sr(a) pensa?; Existe algum partido que o senhor (a) goste?. Essas variáveis selecionadas dos ESEBs se constituem em questões centrais tanto para avaliação da percepção dos jovens em relação aos partidos políticos, quanto para uma melhor delimitação do antipartidarismo. Tais percepções gerais foram então analisadas a partir das categorias criadas com base na teoria do ciclo de vida, avaliando em que medida as diferentes condições juvenis impactam sobre os sentimentos partidários dos jovens.

A partir disso, realizamos o recorte dos antipartidários. Nesse ponto, cabe considerar o quanto a conceituação e delimitação do antipartidarismo têm se constituído num desafio aos cientistas políticos (KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016). Esse recorte dos antipartidários está ligado ao nosso primeiro objetivo específico de modo a construir um panorama de largo alcance quanto às possíveis variações do antipartidarismo ao longo dos anos em estudo.

Para definir o recorte juvenil antipartidário, tomamos as contribuições de Samuels e Zucco (2018) como suporte, tendo em vista sua pesquisa se apresentar como uma das mais recentes e conceituadas análises sobre o antipartidarismo no Brasil. Em sua delimitação dos tipos de partidarismo no Brasil, os autores apresentam como antipartidários puros aqueles que atendem simultaneamente aos requisitos: rejeitar uma ou mais legendas e não se identificarem com nenhum partido em específico. Essa perspectiva foi utilizada para realizar um refino dos resultados de antipartidaristas, indo além da tabela de avaliação dos partidos políticos mencionados no *survey*. Além disso, consideramos as contribuições do estudo de Paiva, Krause e Lameirão (2016) sobre o antipetismo e o antipartidarismo. As pesquisadoras utilizam da tabela de avaliação dos partidos políticos para categorizar a rejeição aos partidos políticos. Desse modo, tomamos como ponto de partida para a delimitação dos antipartidários essa abordagem metodológica.

Como resultado, estabelecemos como antipartidários aqueles que avaliaram com nota 0 (zero) o PT e 0 (zero) para uma ou mais legendas, ou responderam não conhecerem ou se negaram a responder. Como refinamento desses dados cruzamos essas respostas com as variáveis “Existe algum partido que represente sua maneira de pensar?” e “Existe algum partido que você goste?”. Desse modo, os antipartidários foram aqueles que além da avaliação negativa aos partidos, apresentaram também a ausência de identificação ideológica e afetiva com alguma legenda. Em 2018 utilizamos a variável “Você se sente próximo a algum partido?” para

estabelecer a identificação afetiva, tendo em vista que o banco de dados não reproduziu a mesma pergunta sobre gostar de algum partido nesse ano.

No Quadro 1 apresentamos as variáveis adotadas na pesquisa e suas classificações de modo a compor as análises e posteriores testes estatísticos.

Quadro 1. Variáveis utilizadas na pesquisa

Uso da variável	Variável nominal	Variável ordinal
Para definir o recorte antipartidário	<ul style="list-style-type: none"> • Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) sr(a) pensa? • Existe algum partido que o senhor (a) goste? • Você se sente próximo a algum partido? 	<ul style="list-style-type: none"> • Tabela de avaliação dos partidos: PT, PMDB, PDT, DEM, PSDB etc.
Perfil socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> • Sexo; Situação profissional; Estado civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolaridade;
Percepção sobre a democracia		<ul style="list-style-type: none"> • A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. (concorda, discorda, muito ou pouco); • Pensando em esquerda e direita na política, como se considera

Fonte: elaboração própria com base no ESEB (2002 a 2018).

O Quadro 1 apresenta as principais variáveis utilizadas na pesquisa, classificando entre aquelas nominais e ordinais de modo a facilitar a construção dos testes estatísticos. As variáveis dispostas no Quadro 1 guiaram o estudo de modo a alcançar os objetivos da pesquisa: analisar a variação do antipartidarismo entre os jovens; investigar em que medida a condição juvenil impacta na expressão do antipartidarismo; avaliar a influência do contexto político e social sobre o antipartidarismo nas juventudes, tomando como referência as Jornadas de Junho. Assim, temos as variáveis que serão utilizadas na construção do perfil dos antipartidários e na análise de variação do antipartidarismo ao longo dos anos; as variáveis que remetem aos impactos do antipartidarismo sobre a democracia e aquelas destinadas a compor o perfil das juventudes e como os marcadores do ciclo de vida impactam na percepção destes sobre os partidos políticos.

Para testar a hipótese do trabalho - como o ciclo de vida e os eventos do contexto político e social impactam sobre o desenvolvimento dos sentimentos antipartidários - realizamos regressões de logística binária. Para isso, estabelecemos o antipartidarismo como uma variável dicotômica de modo a averiguar em que medida as diversas condições juvenis expressam o antipartidarismo. Como variável de referência utilizamos a faixa etária “30 anos ou mais”, considerada aqui como os plenamente adultos. Para a análise do impacto das condições próprias do contexto, estabelecemos na regressão uma comparação entre os anos em estudo, tendo como referência o primeiro ano presente no banco de dados (2002).

Como variáveis de controle foram adotadas a escolaridade, categorizada em 4 tipos, sendo: sem instrução; ensino primário; ensino médio e; superior ou mais. Essa variável de controle foi utilizada na medida em que a literatura aponta a escolaridade como um fator de influência sobre a cultura política (OKADO; RIBIERO, 2015). A variável sexo e ideologia também foram utilizadas como controle.

Além de uma regressão geral agregando todos as ondas do ESEB neste estudo (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018), realizamos regressões específicas para cada ano de modo a averiguar internamente como a condição juvenil se comporta diante de cada contexto político.

2. CULTURA POLÍTICA E SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS

2.1 Cultura política: partidos políticos e democracia

Dentro dos diversos campos de estudo da ciência política, a procura por compreender o comportamento político dos indivíduos se apresentou desde cedo, fomentando pesquisas sobre os diferentes aspectos que incidem sobre a ação dos atores na esfera da política, constituindo-se desse modo um campo de investigação denominado cultura política.

O campo de estudo sobre cultura política tem como uma de suas grandes referências a obra de Almond e Verba (1989). No livro “The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations” os pesquisadores definem a cultura política como a internalização de aspectos do sistema político na cognição, sentimentos e avaliações da população (ALMOND; VERBA, 1989). Desse modo, os cientistas evidenciam como a compreensão da estrutura política e do funcionamento das instituições políticas passa pelo estudo do comportamento dos eleitores e como eles assimilam e expressam em seu *habitus* suas atitudes políticas.

Almond e Verba (1989) estabelecem orientações que permanecem atuais sobre o estudo da cultura política, das quais, valem destacar: a avaliação da orientação cognitiva, crenças e conhecimento sobre o funcionamento do sistema político no qual o ator está inserido; os sentimentos em relação ao sistema político e a avaliação e opinião sobre a política. Nesse sentido, um elemento que não pode ser desconsiderado dentro da avaliação sobre a cultura política são os partidos políticos, considerando seu papel nas democracias modernas.

Almond e Verba (1989) chegam a discorrer sobre os tipos de partidarismo, procurando qualificar os diferentes vínculos que se estabelecem entre os indivíduos e os partidos e como isso influencia na estrutura do sistema político. Os referidos cientistas apontam a existência de quatro tipos de relacionamento com os partidos: a) partidários abertos, formado por indivíduos envolvidos com o processo democrático, mas não apegados a legendas; b) partidários apáticos que apoiam algum partido, mas não se importam com o processo democrático; c) partidários intensos, fortemente apegados a uma legenda fazendo da competição com outras legendas elemento central; d) partidários paroquiais que, são envolvidos com uma determinada legenda, mas não participam da competição eleitoral, chegando mesmo a nem votar.

A classificação de Almond e Verba (1989) sobre o partidarismo evidencia como os sentimentos partidários têm se manifestado ao longo do tempo de forma plural, navegando entre a rejeição e a simpatia. Nesse aspecto, a classificação proposta pelos pesquisadores sugere

também a importância dos vários tipos de sentimentos partidários para a mobilização do eleitor. Não apenas o partidário enquanto identificação do eleitor para com determinada legenda, mas também a sua apatia em relação a elas foram identificadas pelos pesquisadores como fatores consideráveis para o estudo da cultura política.

Além disso, a compreensão dos sentimentos partidários está diretamente ligada a análise da própria estabilidade da democracia, considerando a importância institucional dos partidos nesse regime. Putnam (2006), outro autor de referência no estudo da cultura política, destaca como as instituições políticas têm um papel crucial sobre o comportamento político dos indivíduos, atuando sobre sua identidade. Nesse sentido, os partidos políticos se apresentam como um elemento essencial para os regimes democráticos, garantindo ou, ao menos, tendo a função de ser um elo entre cidadãos e governantes (KINZO, 2005). Para alguns pesquisadores, a democracia chega a ser impensável sem a existência desses atores que, nas palavras de Baquero e Vasconcelos (2013), constituem a “coluna vertebral dos países democráticos”.

Diante dessa percepção dos partidos como figura importante dentre as instituições democráticas tem se tornado igualmente perceptível para os cientistas políticos as dificuldades dos sistemas partidários em se firmar diante do eleitorado. Como salienta Ignazi (2014), juntamente ao crescente protagonismo dos partidos políticos na democratização do mundo pós-guerra mundial, há um crescimento da percepção desses atores como “parasitas sociais”. Ignazi (2014) relembra como a própria etimologia do termo “partido” se remete a uma separação ou barreira entre as pessoas. A análise de Ignazi vai ao encontro ao estudo clássico de Michels (2001) sobre a lei de ferro da oligarquia, no sentido de os partidos expressarem, à medida do seu crescimento, um distanciamento cada vez maior da sua base eleitoral. A hipótese apresentada por Ignazi (2014) para explicar essa crise no partidário é de que o período em que vivemos, o qual ele identifica como sociedade fluida, teria levado os partidos a perderem sua base social procurando se agarrar ao Estado com o objetivo de sobreviver

Van Biezen, Poguntke e Mair (2012) contribuem com essa leitura ao avaliar o declínio do partidário nas democracias europeias, constatando não apenas a perda da base social dos partidos, mas também uma mudança na postura de atuação das legendas. Na perspectiva dos autores, os partidos estariam cada vez menos empenhados na captação de filiados, afastando-se desse modo do modelo de partido de massa tão valorizado e difundido no século passado.

Essas ponderações nos levam a necessidade de compreender as diversas leituras que se têm realizado sobre os sentimentos partidários, destacando as especificidades que diferentes contextos democráticos apresentam em relação aos sistemas partidários, especialmente quando se compara estudos entre democracias consolidadas e democracias jovens. Como Gimenes e

Borba (2019) argumentam, as democracias consolidadas apresentam um tipo de comportamento dos eleitores em relação aos partidos que não pode ser tomado como padrão para entender o contexto latino-americano, por exemplo.

2.2 Partidarismo na América Latina e no Brasil

A América Latina possui regimes democráticos e contextos culturais bem diversos dos encontrados nas democracias europeias e norte-americana. Por isso, cabe refletir sobre como os partidos políticos se desenvolveram na parte latino-americana deste continente e como as dinâmicas próprias dessa região impactaram os sentimentos partidários.

Assim sendo, a situação da América Latina apresenta um cenário no qual a democracia se constituiu principalmente a partir de meados do século passado, em meio a sucessivas interrupções e um cenário econômico e social desfavorável ao exercício da cidadania. Veiga et. al (2017) apresenta como a experiência democrática na América Latina não tem conseguido desenvolver um apoio considerável ao sistema democrático, o que se relaciona dentre outros fatores aos processos de transição entre as ditaduras e democracias e ao próprio papel desempenhado pelas instituições democráticas.

Percebe-se que essa leitura sobre o contexto latino-americano tem promovido diferentes conclusões e é possível encontrar estudos que argumentam que o partidarismo está de fato em crise, bem como estudos que apontam que o partidarismo, ainda que fraco, não pode ser compreendido como em situação de crise, tendo em vista o pouco tempo que tiveram para se institucionalizarem nas recentes democracias (BORBA, GIMENES, RIBEIRO, 2015). São pertinentes as considerações de Dias (2018) ao debater sobre o antipartidarismo na América Latina. A autora evidencia a dificuldade do eleitor latino americano em identificar os partidos como atores com existência própria, desvinculada de suas lideranças, o que se liga diretamente a uma fluidez nas preferências partidárias e proeminência do carisma como fator de escolha pelos cidadãos.

No Brasil, historicamente, a democracia moderna considerada como um ambiente de disputa partidária, só vai ter início no final do Estado Novo, sendo interrompida esta primeira experiência com o golpe militar de 1964 (SCHMITT, 2000). A própria regulamentação dos partidos políticos, como tendo obrigatoriamente caráter nacional, só vai ser implementada nesse período. Desse modo, a democracia no Brasil possui historicamente um sistema partidário que nasce entre períodos de repressão política, com partidos em geral ligados a oligarquias locais (SHMITT, 2000). Nesse sentido, a gênese partidária no Brasil já se apresenta como um

elemento que nos ajuda a compreender o distanciamento do eleitorado e a própria prática de muitos partidos, na medida em que, por seu viés elitizado poucos tiveram uma prática voltada a captação de filiados e na formação política da população.

O processo de regularização e valorização dos partidos políticos no Brasil, para efeito de sentido, se dá na esteira de um movimento internacional de crescimento do papel dos partidos políticos. Trata-se do cenário pós Segunda Guerra Mundial, no qual, a democracia passa a ser um regime político cada vez mais valorizado e, conseqüentemente, os partidos tornam-se protagonistas na reconstrução do mundo pós-guerra (IGNAZI, 2014).

É compreensível, dessa forma, a ênfase de estudiosos quanto ao desenvolvimento de um partidarismo forte após o fim da ditadura militar, com os conseqüentes avanços democráticos, como mencionado por Kinzo (2005). No entanto, como assevera Kinzo (2005), a projeção que se tinha desde a década de 1980 sobre o fortalecimento crescente dos partidos e dos laços partidários não se confirma na entrada do século XXI. Nesse sentido, Ignazi (2014) demonstra como o desapareço dos partidos não se constitui em um fenômeno recente nas democracias.

Segundo Kinzo (2005), o papel dos partidos políticos é imprescindível para a questão da governabilidade, mas também deve ser considerada sua capacidade de mobilizar o eleitorado no sentido do voto. Para isso, é importante que os partidos se mantenham visíveis, especialmente através da disputa eleitoral, de modo a poder gerar vínculos partidários com o eleitor. Entretanto, como ressalta Kinzo, o declínio do partidarismo no Brasil já pode ser sentido no início deste século, indo na contramão do que era esperado devido o amadurecimento da nova república.

O partidarismo no Brasil, mediante o exposto, não logrou sucesso dentro dessa visão otimista no processo de redemocratização quanto à institucionalização e enraizamento dos partidos no eleitorado. Considerando esse cenário e o processo histórico de formação no Brasil, a capacidade dos partidos de atuarem como mediadores entre as demandas populares e os governos têm sido colocada em questão pelo eleitorado. Além disso, o histórico dos partidos normalmente ligados às oligarquias locais, sem uma perspectiva de massa, influenciou numa percepção desses atores institucionais como meramente auto promotoras de si, o que contribui com a sua perda de legitimidade diante da sociedade. Somando-se a esta problemática, tem-se a carência de ideologias claras defendidas pelos partidos que possibilitem uma melhor percepção do eleitorado sobre as intenções das legendas e funcionem também como norte para a ação dos atores, de um ponto de vista estratégico (BAQUERO; LINHARES, 2011).

Ademais, segundo as contribuições de Samuels e Zucco (2018), a formação da democracia brasileira não se assentou numa luta popular, mas em uma resolução vinda de cima,

pautada em instituições movidas pelo individualismo resultando numa democracia que nasce elitista. Nesse sentido, a cultura política do brasileiro guarda uma boa parcela de explicação sobre o descrédito das instituições formais. Essa análise pode ser encontrada também quando nos referimos à América Latina como um todo, reconhecendo como o eleitorado comumente não encara os partidos como os protagonistas da esfera política, estando associados antes de tudo as suas figuras de liderança (DIAS, 2018).

Seguindo uma lógica de atuação que não se preocupa com a criação de vínculos com o eleitorado, os partidos da América Latina de um modo geral acabam alimentando a desconfiança e o distanciamento do eleitor para com as legendas partidárias (BORBA, GIMENES; RIBEIRO, 2015). Dentro dessa lógica de desconfiança nas instituições, em sua capacidade de intermediar os anseios da população, cresce a intolerância política voltada especialmente para esses canais convencionais de mediação que não cumprem com o papel que deveriam exercer do ponto de vista idealizado pelo eleitor (FUKS; BORBA; RIBEIRO, 2018).

Para encontrarem legitimação no eleitorado os partidos precisam demonstrar que são capazes de tal mediação, ou seja, que sua atuação coincide com a aplicação e efetivação de políticas que atendam aos anseios da população. Assim, algumas questões vêm se impondo diante dos partidos, desafiando sua legitimidade enquanto representantes dos interesses dos cidadãos (BAQUERO; VASCONCELOS, 2013). Dentre tais desafios, Baquero e Vasconcelos (2013) mencionam: o fortalecimento da sociedade civil com o protagonismo da representatividade política sendo disputado por organizações não partidárias e movimentos sociais; a própria desilusão do eleitorado, mencionada anteriormente; a difusão dos meios de comunicação, tendo se tornado nos últimos pleitos inegável a sua força mobilizadora; e o fortalecimento do personalismo como meio de decisão do voto.

Essa conjuntura social e política do Brasil, leva à conclusão de que os partidos políticos brasileiros possuem uma dificuldade muito grande em desenvolver uma identificação com o eleitorado que se mantenha de forma duradoura. Tal fato incide na concepção de que a identificação partidária se manifesta como um fenômeno que não pode ser compreendido apenas pelo processo de socialização dos indivíduos. Ou seja, a transmissão de valores e crenças políticas, especialmente pela família, através do processo de socialização política não dá conta de explicar a variação nos sentimentos partidários do eleitor, que se mostra sensível às conjunturas políticas, podendo navegar entre o partidarismo e a apatia com facilidade, como demonstram Samuels e Zucco (2018). Assim, a identidade partidária, bem como os sentimentos partidários se desenvolveriam também numa lógica responsiva, na medida em que eventos de

impacto no cenário político tem uma influência sobre a formação dos sentimentos partidários (OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018).

Corroborando com essas considerações, Gimenes (2017) ressalta em seu estudo que as sequentes crises econômicas que assolam a América Latina incidiram num contexto que leva os partidos a adotarem práticas mais imediatistas. Dessa forma, os partidos políticos não conseguiram desenvolver um trabalho mais programático que levasse a uma identificação mais nítida diante da população, além de dificultar o exercício de uma das suas principais funções: a educação política (GIMENES, 2017).

Dentro de um cenário de rápidas mudanças sociais, impulsionadas pelo processo de globalização, na qual as identidades passam a se referenciar por outros espaços sociais, como o trabalho, o fraco enraizamento dos partidos se torna mais evidente. Desse modo, temos um panorama que, conforme Baquero e Vasconcelos (2013) evidencia a separação entre a política e o político, ou seja, a luta pelo bem comum e garantia de direitos é vista apartada dos mecanismos institucionais. Tal fato acarreta diretamente numa crise das formas tradicionais de mediação, que se tornam o alvo dos sentimentos de rejeição e intolerância (FUKS; BORBA; RIBEIRO, 2018).

Considerando os fatos mencionados, teríamos então no Brasil, um cenário propício ao desenvolvimento de um sentimento antipartidário, considerando a incapacidade dos partidos em desenvolver uma identificação partidária duradoura com o eleitorado, sujeitando-se assim facilmente as intempéries da conjuntura política (OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018). Não raro, os casos de impedimento ou interrupção de mandatos pela América Latina nos últimos 20 anos demonstram como os partidos não têm conseguido lidar com as crises que lhes abatem, denotando sua fraca posição dentro das instituições democráticas (BAQUERO; LINHARES, 2011).

Essas diversas leituras sobre os sentimentos partidários na América latina demonstram por um lado como o partidarismo é um elemento que tem gerado debates importantes no campo da ciência política, mas também aponta como ainda há uma carência de arcabouços teóricos pensados a partir da realidade latino-americana. Os estudos tendem nesse aspecto a caminhar dentro de correntes teóricas em geral produzidas nas democracias consolidadas da Europa ou dos EUA, que possuíram uma dinâmica de formação diferente das democracias na América Latina.

Nesse aspecto, é possível observar o esforço dos pesquisadores em adequar as diversas perspectivas teóricas diante da realidade local. A ênfase nos processos históricos particulares da América Latina e em especial do Brasil e como eles impactam na cultura política dos

eleitores é um dado comum aos estudos sobre partidarismo. Gimenes (2017) realiza esse esforço de adequação em seu estudo que toma a perspectiva da mobilização cognitiva de Dalton, procurando pensar como a educação e o interesse pela política se manifestam como indicadores dos sentimentos partidários, reconhecendo de antemão como os altos níveis escolaridade ainda se constituem num fator em defasagem no Brasil. Apesar disso, o pesquisador sustenta a relevância dessa perspectiva para a compreensão dos sentimentos partidários.

2.3 Antipartidarismo: conceitos e implicações

A partir da conjuntura apresentada em relação à América Latina e, em especial, ao Brasil, consideramos o estudo de Fuks, Borba e Ribeiro (2018) que apresentam como, diferentemente do que se diagnostica em algumas pesquisas, a polarização na sociedade brasileira não vem se manifestando a partir de uma base ideológica, ao menos não no eleitor. Este, ao contrário, vem apresentando um aumento substancial na rejeição aos partidos políticos que, superando uma mera apatia, tem assumido cada vez mais aspectos de intolerância. Dessa forma, como defendem os pesquisadores, a polarização se dá entre os antipartidários e os partidários/apartidários.

Se de um lado é assumido que o papel dos partidos enquanto mediadores entre os cidadãos e os governantes, é essencial para a estabilidade do sistema político como um todo, como ressaltam Baquero e Vasconcelos (2013), de outro lado, é perceptível que há um lapso entre o ideal dos partidos e sua prática. Ou seja, a capacidade dos partidos de concretizar essa mediação de modo satisfatório está cada vez mais sendo colocada em questão, não apenas pelos pesquisadores, mas, principalmente, pelos cidadãos. O antipartidarismo tem assim se manifestado amplamente, tornando-se uma bandeira para todos que estão descontentes com os caminhos da política institucional, transformando-se numa arma poderosa na mão de políticos populistas que procuram se apresentar como de fora desse sistema partidário e, por isso, isentos de seus “pecados” (PORGUNTKE; SKARROW, 1996).

Cabe, nesse sentido, compreender melhor esse fenômeno do comportamento político dos indivíduos: o antipartidarismo. Como ressaltado por Fuks, Borba e Ribeiro (2018), o antipartidarismo tem se manifestado de modo cada vez mais proeminente no contexto brasileiro. A polarização observada nesse aspecto se daria em direção ao autoritarismo caracterizado na diferença entre aqueles estão mais dispostos a assumir posicionamentos autoritários e nos que ainda confiam, em alguma medida, nas vias institucionais. O antipartidarismo seria uma expressão de perspectivas autoritárias por parte dos eleitores. Além

disso, teríamos como agravantes os períodos de crise econômica, social e política que influenciam no direcionamento da intolerância contra os canais convencionais de mediação política (FUKS; BORBA; RIBEIRO, 2018)

Apesar de despontar como uma temática recente das pesquisas atuais sobre comportamento político, o antipartidarismo não é algo novo na literatura internacional. Relembramos que as democracias consolidadas há mais tempo possuem uma dinâmica de enfraquecimento dos partidos e mudança dos laços partidários que começaram a se desenvolver desde o século passado (MICHELS, 2001). A própria questão conjuntural já era ressaltada por Gramsci (2012), que apresentava como as situações de crise poderiam levar a rupturas entre os partidos e eleitores de modo a facilitar à ascensão de figuras carismáticas em detrimento dos canais de mediação.

Alguns estudos clássicos sobre o antipartidarismo já estarão disponíveis ao público na década de 1990. Dentre esses, destacamos as pesquisas de Poguntke (1996), na qual o cientista político apresenta alguns elementos conceituais quanto ao antipartidarismo. Em seu trabalho, Poguntke apresentará uma das primeiras definições sobre o fenômeno, realizada a partir de seus estudos sobre o contexto alemão. Ele define o antipartidarismo como “orientações desfavoráveis das elites intelectuais ou políticas e o público em geral para com os partidos” (POGUNTKE, 1996, p. 319, tradução nossa). Outrossim, Fuks, Borba e Ribeiro (2018) refinam essa conceituação, classificando o antipartidarismo como um sentimento extremo de rejeição aos partidos no sentido de excluí-los do sistema democrático.

Além disso, Poguntke e Scarrow (1996) colocam em questão a necessidade de analisar o fenômeno sob duas óticas: através da percepção das elites e das massas. No antipartidarismo na elite se baseia em grande parte nos pressupostos teóricos sobre a própria democracia, assumindo, nesse sentido, um tom de crítica. A elite consideraria que a mediação dos partidos não teria logrado estimular os políticos na busca do bem comum, sendo intermediários que distorcem a vontade geral (POGUNTKE; SKARROW, 1996).

No nível da massa, os autores apresentam que a população tende a assumir uma postura cética em direção aos partidos, seja no seu papel para a democracia, seja na sua função e performance. Esse sentimento, que pode significar de fato um desvio dos partidos políticos, deve também considerar a possibilidade de tal ótica ser alimentada pelo viés da elite, se esta dispuser dos meios para expor seu discurso amplamente. Nesse sentido, é comum que a massa guie seu padrão de crítica sobre os partidos a partir da avaliação das elites. Desse modo, os autores apontam que entender o antipartidarismo passa diretamente pela relação entre elite e

massa, no sentido de relacionar como os argumentos da elite se assentam sobre o sentimento das massas (PORGUNTKE; SKARROW, 1996).

Seguindo os pressupostos de Poguntke e Scarrow (1996), Bardi (1996) reconhece que o antipartidarismo na elite pode ser medido mediante discursos na arena pública, enquanto que nas massas, essa análise pode ser realizada por métodos mais quantificáveis. Dentre manifestações de antipartidarismo na elite, a presença e apoio a partidos com ideologia antipartidária se caracterizam como um fator importante. Considerando o contexto italiano, Bardi (1996) atesta que o antipartidarismo foi estudado e erroneamente compreendido ao se confundir à crítica ao sistema com sentimentos antipartidários.

Bardi (1996) acentua que o antipartidarismo pode se dar em duas instâncias: *per se* e instrumental. No primeiro, há uma rejeição generalizada à existência dos partidos; no segundo, o que ocorre é a utilização do antipartidarismo para fins de conquista de poder, o que não incide diretamente na recusa da existência dos partidos.

Dalton, McAllister e Wattenberg (2003) pensando sobre essa problemática desenvolvem o conceito de “desalinhamento partidário” como teoria sobre a desconexão do comportamento dos eleitores e a identificação partidária. Como eles sugerem, esse efeito se deveria ao processo de modernização social e política. Conseqüentemente, as sociedades com democracias e economias mais desenvolvidas, tendencialmente, iriam apresentar algum nível de desalinhamento partidário. Segundo Dalton, McAllister e Wattenberg (2003) o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos eleitores, mediante avanço educacional e de acesso à informação, daria suporte necessário ao surgimento de eleitores independentes dos partidos, no sentido de não necessitarem dessa referência para construir suas preferências políticas.

Esse pressuposto de um cidadão portador de um “refinamento cognitivo” e, portanto, mais crítico as instituições de representação, também foi trabalhado por Pippa Norris (1999), na perspectiva de compreender o apoio à democracia por parte dos eleitores. Entre os pilares para analisar o apoio à democracia, Norris (1999) destaca cinco dos quais um seria o apoio às instituições do regime, no qual podemos incluir os partidos políticos. Dessa forma, o antipartidarismo se enquadra como fator que incide sobre a manutenção do próprio sistema democrático.

Ao passo que Gimenes (2014) retoma os argumentos de Dalton, evidenciando que a constatação de um crescimento da rejeição aos partidos políticos tem levado ao menos a duas leituras contrastantes. Uma mais otimista, que coloca a rejeição como sinal de uma sofisticação

do eleitor e outra mais pessimista, sugerindo este elemento como um dado crítico da crise do partidarismo.

Também Gimenes (2014) sintetiza as categorizações propostas por Dalton em relação aos sentimentos partidários, o qual propõe quatro tipificações levando em conta a relação entre os níveis de escolaridade, interesse por política e simpatia partidária, são elas: a) independentes apolíticos, indivíduos que não possuem simpatia partidária e nem elementos de sofisticação cognitiva (escolaridade e interesse por política). Tais eleitores teriam pouca motivação para engajamento e até para o voto, fazendo-o por critérios tradicionais, tais como a influência familiar; b) os partidários rituais compreenderiam aqueles que possuem identidade partidária, apoiando seus partidos principalmente pelo voto, sem, no entanto, possuírem elementos de refinamento cognitivo, em outras palavras, não dominam conhecimentos desenvolvidos sobre o funcionamento da política; c) os partidários cognitivos seriam os eleitores filiados a partidos políticos e dotados de amplos recursos cognitivos, participando, desse modo, para além do voto e do apoio nas campanhas eleitorais; d) o último grupo é o dos apartidários, indivíduos dotados de refinamento cognitivo que guiam sua atuação política pelas próprias capacidades, evitando vínculos de dependência partidária.

A teoria da mobilização cognitiva de Dalton, McAllister e Wattenberg (2003) é, desse modo, uma perspectiva que tem ganhado espaço dentro das democracias consolidadas. Apesar disso, como asseveram Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), esta teoria necessita de uma adequação quando se propõe a analisar democracias mais jovens. É importante avaliar se a rejeição aos partidos no Brasil se apresenta de fato como sinal de elevação dos valores democráticos, a partir de um refinamento cognitivo ou se resulta de um processo de enfraquecimento da própria democracia (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015).

Essa análise da condição institucional da democracia e como ela é avaliada pelo eleitor se constitui num ponto importante para compreender em que medida o antipartidarismo é um sintoma da emergência de um cidadão crítico ou da decadência da própria democracia. Nesse sentido, o caráter ambivalente da democracia brasileira evidencia como os processos de construção e manutenção dos sistemas partidários têm uma dinâmica própria em nosso território. Moisés (2008) elenca entre os achados de sua pesquisa essa dimensão do comportamento político do eleitor brasileiro que tende a apresentar um apoio formal à democracia que caminha lado a lado com a rejeição de algumas de suas instituições mais importantes, a exemplo dos partidos e do congresso.

Estudos como os de Van Biezen, Mair e Poguntke (2012) contribuem com a análise, ao levantar também a questão da própria estrutura de atuação dos partidos políticos. Pensando a

realidade europeia, os autores constataam uma mudança nas práticas dos partidos que estariam cada vez menos dispendo de esforços para mobilizar filiados em suas legendas, preocupando-se com maior ênfase em se manter nos postos de poder do Estado. Essa leitura pode ser estendida a realidade brasileira na medida em que os partidos nacionais são em grande parte proposições de oligarquias locais ou tendem a uma atividade mais fisiológica em vista de garantir cargos dentro do Estado.

Realizando um trabalho mais focado no contexto brasileiro, Samuels e Zucco (2018) corroboram com algumas das conclusões de Van Biezen, Mair e Poguntke (2012), mas ampliam suas análises sobre as idiossincrasias do contexto brasileiro. Um dos principais pontos de divergência se dá na compreensão de que no Brasil não há uma diferença na postura dos partidos, de modo geral, em relação à captação de militantes, posto que, aqui, desde a formação dos sistemas partidários, as legendas não se preocuparam em estabelecer laços com os cidadãos, com a exceção do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nesse sentido, Samuels e Zucco (2018) propõem uma nova metodologia para demarcar os sentimentos partidários no Brasil, reconhecendo o protagonismo que o PT assume dentro do cenário brasileiro, tanto para o desenvolvimento de sentimentos partidários positivos, quanto para os negativos. Assim, os pesquisadores utilizam o petismo e o antipetismo como pontos de partida para analisar os demais sentimentos partidários (partidarismo, apartidarismo, antipartidarismo), desenvolvendo uma tipologia específica para o caso brasileiro.

Considerando o nível de identificação partidária, teríamos: partidários radicais, que nutrem, ao mesmo tempo, sentimentos positivos à determinada legenda e devido a isso rejeitam fortemente uma outra sigla ou outras siglas; o segundo tipo seria os partidários positivos que não possuem uma rejeição acentuada a determinado partido, mas são profundamente ligados a alguma legenda. De um ponto de vista dos efeitos na arena eleitoral, Samuels e Zucco (2018) afirmam que eles são equivalentes. O terceiro tipo de eleitor seria o partidário negativo (antipartidário puro). Nesse caso em específico, eles apresentam uma outra conceituação de antipartidarismo, pois, esses eleitores se enquadrariam nesse campo ao, respectivamente, rejeitarem uma ou mais legendas partidárias e não se identificarem com nenhuma legenda em específico. O último grupo é o dos apartidários, compostos por aqueles que não nutrem sentimentos positivos ou negativos por nenhuma legenda (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Nessa categoria, segundo os autores, podemos enquadrar a maioria do eleitorado brasileiro.

Utilizando como referencial a classificação de Poguntke e Scarrow (1996), Baquero e Vasconcelos (2013) propõem ainda que o antipartidarismo no Brasil se assenta mais especificamente no chamado antipartidarismo cultural que se caracteriza pelo ceticismo em

relação à necessidade dos partidos para a democracia, pautado no processo histórico e cultural, permeado por práticas personalistas e patrimonialistas. Os autores também salientam a perspectiva do antipartidarismo reativo, relacionado a uma postura crítica dos cidadãos em relação à atuação da elite política e instituições políticas, em outras palavras, seria uma rejeição desenvolvida a partir de sucessivas desilusões ou más experiências com os partidos políticos. (BAQUERO; VASCONCELOS, 2013). Assim, o brasileiro estaria imerso nessas duas dinâmicas do antipartidarismo que se retroalimentam, no sentido de que as sequentes decepções do eleitorado para com os partidos políticos (antipartidarismo reativo) tendem, ao passar do tempo, a compor uma percepção mais generalizada e cristalizada (antipartidarismo cultural).

No entanto, assim como qualquer fenômeno social, não se pode reduzir a explicação a apenas um aspecto de forma inequívoca. As questões em torno da situação dos partidos políticos e demais problemáticas que se formam em torno dele (identificação partidária, apartidarismo, antipartidarismo etc.) têm fomentado igualmente diversas chaves de interpretação além dos pressupostos de formação histórica.

Centrando na questão do antipartidarismo, algumas conclusões despontam com regularidade nos estudos. Para Poguntke e Scarrow (1996), por exemplo, as causas do antipartidarismo seriam provenientes da modernização, dos quais, o pós-materialismo, mobilização cognitiva e ampliação do repertório de participação podem ser citados, incidindo na desmitificação de que os partidos ou a elite são, de algum modo, mais capazes que os cidadãos comuns. Além disso, o crescente processo de individualização, segundo os autores, tem dificultado a capacidade dos partidos de aglutinar significativas porções da sociedade.

Existem abordagens que guiam sua explicação sobre a rejeição aos partidos na concepção de que estamos passando por uma transformação na própria democracia, que vivencia uma crise em relação a sua lógica representativa. Outras apontam que a transformação está se dando na própria estrutura dos partidos que estão cada vez mais centrados no Estado e no governo em detrimento de uma base social (*cartel party*). Algumas análises sugerem ainda a influência das novas tecnologias que, em muitos casos, diminuem a necessidade de mediadores, permitindo uma atuação mais direta dos cidadãos, o que para alguns pesquisadores tem desembocado no fortalecimento de figuras populistas (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016).

A tecnologia assume dentro da literatura sobre o antipartidarismo uma posição relevante. A internet é compreendida enquanto um elemento que não pode ser desconsiderado das análises sobre identificação partidária ou mesmo sobre o sistema político como um todo. A

sua disseminação vem caminhando lado a lado com grandes convulsões sociais e mudanças de comportamento das massas.

Nesse sentido, o estudo de Urbinati (2016) sobre a revolta contra os corpos intermediários realiza uma contribuição de grande importância para compreender nosso cenário atual. A transformação proporcionada pela internet teria corroborado para uma percepção de decadência dos modos tradicionais de representação política ofertados pelas democracias. Aliado a isto, as sequentes falhas dos regimes democráticos em garantir a resolução dos problemas e desigualdades sociais se conectam de modo a dar espaço para o surgimento (ou ressurgimento) de ideologias nacionalistas extremadas (URBINATI, 2016).

Sintetizamos no Quadro 2 as principais teorias que tentam categorizar a rejeição aos partidos políticos e suas causas.

Quadro 02. Síntese dos conceitos sobre antipartidarismo

Autor	Conceito	Definição
Poguntke (1996)	Antipartidarismo Cultural	Sentimentos desfavoráveis em relação aos partidos políticos baseado nos processos históricos de formação da democracia e sistemas partidários que se desenvolveram criando distanciamento do eleitorado
Poguntke (1996)	Antipartidarismo reativo	Sentimentos desfavoráveis em relação aos partidos políticos baseados nas más experiências dos indivíduos para com a prática das legendas partidárias
Dalton, McAllister e Wattenberg (2003)	Mobilização Cognitiva	Desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre a política pautada na escolaridade e interesse por política incidindo na recusa por canais de mediação
Urbinati (2016)	Revolta contra os corpos intermediários	Rejeição aos canais de tradicionais de mediação política (partidos e imprensa), estimulada pelo desenvolvimento da internet e consequente acesso a informação direta pelos indivíduos.

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados no quadro.

Como exposto em nosso quadro 02, as principais teorias sobre o antipartidarismo são perspectivas teóricas desenvolvidas por estudiosos de outros contextos políticos e sociais, em especial pela Europa e EUA. No entanto, essas leituras têm sido trazidas para o debate nacional em vista de compreender como o antipartidarismo se manifesta em nossa realidade. Com as necessárias adequações os estudos tendem a seguir essas perspectivas na medida em que cada uma delas nos ajudam na explicação de fatores pontuais associados aos sentimentos partidários.

Assim, a premissa do antipartidarismo cultural e reativo está intimamente ligada aos estudos que enfatizam os processos de formação da democracia brasileira e do sistema partidário. Esses conceitos remetem as conjunturas históricas e também aos eventos políticos que marcam o imaginário social, influenciando na formação de opinião e valores dos indivíduos.

A teoria da mobilização cognitiva se posiciona numa visão mais otimista sobre o amadurecimento da democracia e permite a construção de causalidades ou ao menos correlações entre fatores como educação e interesse por política na construção das preferências e práticas políticas dos eleitores. Essa teoria ainda caminha no sentido de não se limitar a um determinismo cultural no qual a concepção do antipartidarismo cultural pode cair.

Por fim, a leitura proposta por Urbinati (2016) desponta como uma possibilidade alinhada as recentes ondas de protestos que permearam o mundo desde o início do século XXI, desde a primavera Árabe, passando pelo Ocupa Wall Street até as Jornadas de Junho no Brasil. Nessa leitura temos uma interligação entre as mudanças sociais e econômicas, em especial a acesso a informação pela internet como um novo fator que incide diretamente no comportamento político dos eleitores.

Apesar de se diferenciarem em determinados pontos em suas proposições é difícil excluir uma dessas teorias como irrelevantes para compreensão dos sentimentos partidários no Brasil. Considerando a disposição continental e a pluralidade cultural do país a redução de todo o comportamento político a uma única perspectiva se apresentam como o caminho menos produtivo.

Diante dessas concepções teóricas a análise do comportamento político dos jovens surge como um elemento que desafia essas concepções de modo a explicar a ação de agentes tão plurais e que têm se estado presentes em eventos que movimentam o cenário político, a exemplo das Jornadas de Junho no Brasil. No capítulo seguinte abordaremos, de modo mais aprofundado, as conexões teóricas entre juventude e antipartidarismo.

3. JUVENTUDES: INTERPRETAÇÕES SOBRE O JOVEM NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA

A juventude é comumente compreendida como uma fase da vida em que os indivíduos são mais “livres”, mais contestadores e de algum modo, mais ativos. Essa percepção é alimentada tanto pela mídia na promoção de padrões de consumo, quanto por pesquisas acadêmicas inspiradas pelos movimentos revolucionários, em especial desde a década de 60, na qual, a juventude despontou como protagonista de diversas transformações sociais e políticas. (SHERER-WARREN, 2014)

É no bojo dessas transformações e no sentido de compreendê-las que Melucci (1997) interpreta a juventude como uma camada da sociedade na qual as tendências de transformação social costumam se manifestar mais rápido e de modo mais visível. Para Melucci, essa capacidade “termômetro” da juventude é possível devido a sua íntima relação com a dinâmica do tempo nas sociedades complexas. A sociedade, enquanto complexo de interdependências e conflitos, é preenchida por significados culturais. Assim, os conflitos emergem nas áreas mais expostas aos “investimentos simbólicos” e pressões para adequação. Os sujeitos desses conflitos são também aqueles mais expostos e sua ação em relação à pressão simbólica aponta sinais para a sociedade como um todo. Nesse sentido, a juventude, que se encontra demarcada a partir de elementos biológicos e culturais em relação ao tempo, ocuparia essa posição indicada por Melucci como centro das pressões simbólicas da sociedade.

As conclusões de Melucci, inspiradas em parte pelos movimentos sociais da segunda metade do século XX, acabam por gerar uma visão da juventude como essencialmente progressista e dotada de uma sensibilidade voltada para antever processos de mudanças sociais. Entretanto, essa interpretação deixa de lado os diversos movimentos que as diferentes juventudes têm seguido ao longo das últimas décadas, nem sempre caminhando junto a pautas progressistas ou contestadoras. Como Ribeiro e Fuks (2019) atestam em seu estudo sobre tolerância política no Brasil, os jovens têm apresentado uma intolerância de viés moralmente conservador, elencando entre seus grupos de antipatia os que apoiam a descriminalização do aborto (pauta que é essencialmente progressista).

Assim, o estudo das juventudes carece de um olhar mais amplo com o cuidado sobre os estereótipos amplamente difundidos sobre esses atores. Nesse intento, temos uma ampla reflexão desenvolvida, em especial na sociologia, na qual a juventude é analisada em diferentes aspectos resultando igualmente em diferentes abordagens teóricas.

3.1 Perspectivas clássicas sobre as Juventudes

Uma das análises clássicas sobre o que é a juventude vem do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Pensando a construção do ideal de juventude, Pierre Bourdieu (1983) nos apresenta como a linha divisória entre a juventude e a velhice seria uma construção social que perpassa a história e está relacionada, em última instância, com a questão da divisão do poder na sociedade. Segundo Bourdieu, as categorias de juventude e velhice são determinadas pelo campo em que se situam, de modo que podem assumir uma variedade de classificações dentro de uma mesma faixa biológica de desenvolvimento físico.

Ainda que a observação de Bourdieu seja taxativa quanto à construção social da juventude, cabe considerar que a sociedade tende a naturalizar no decorrer do tempo suas categorias, dotando estas de um caráter tradicional. Assim, a juventude passou a ser tomada como um elemento dado, construído, um conceito pré-definido ao qual pouco se discutia. A referência aos jovens enquanto uma determinada faixa etária com um conjunto de interesses comuns evidencia de antemão a manipulação do que se compreende por juventude (PAIS, 1990).

Diante disso, a juventude tende a ser encarada inicialmente como um período de instabilidade. Enquanto a vida adulta seria interpretada como o período em que os indivíduos assumem uma série de responsabilidades em vários âmbitos (profissional, conjugal, financeiro), a juventude estaria situada na incerteza. Desse modo, o jovem deixaria de ser visto como tal, na medida em que vai assumindo as responsabilidades supracitadas. Compreende-se assim o porquê de a juventude ser entendida como a fase da “irresponsabilidade”, dada a leitura em contraste com a fase adulta (PAIS, 1990).

A sociologia, como demonstra Pais (1990), navegou por muito tempo entre duas tendências sobre a análise da juventude, na perspectiva de compreender não apenas as similaridades desse público, mas também as suas diferenças. Como resultado, temos uma leitura que foca no aspecto etário, priorizando os elementos que tratam das similaridades entre os indivíduos considerados jovens, incidindo numa ótica homogeneizante. De outro lado, há a análise que parte do pressuposto de uma juventude diversificada, que se manifesta em diferentes culturas juvenis em relação à classe social. O estudo sobre a juventude pode ser resumido então na necessidade de considerar tanto as similaridades quanto a diversidade das juventudes.

Pais (1990) elenca então duas correntes teóricas sobre a condição juvenil que se concentram cada uma num desses polos similaridade/diversidade. A primeira delas é a teoria geracional, que se concentra na juventude enquanto fase de vida. Assumindo que cada

sociedade possui uma variedade de culturas, é pautada na investigação da continuidade e descontinuidade dos traços culturais. A teoria geracional tem uma base funcionalista e procura compreender a socialização dos indivíduos, reconhecendo as descontinuidades como disfunções do processo de socialização. Nesta leitura, a juventude se formaria em relação à geração anterior da qual tenta distinguir-se, ainda que carregue muitas similaridades com esta (PAIS, 1990).

A corrente classista irá compreender a juventude em termos de classe. Crítica à perspectiva geracional, esta teoria compreende a juventude em termos de reprodução classista. A cultura juvenil, nesta leitura, é entendida sempre em relação à situação de classe dos indivíduos, pautadas nos antagonismos entre as classes. Devido isso, Pais (1990) salienta como há uma tradição nesta corrente em considerar as culturas juvenis como “culturas de resistência”. Uma crítica a esta corrente teórica é a sua tendência em recortar apenas os fatos empíricos que se encaixem na concepção de juventude como resistência. Desconsideram assim as diferenças internas à própria juventude no interior de uma mesma classe.

Essas leituras sobre a condição juvenil marcaram as bases da pesquisa sobre como os jovens se comportam e o seu papel e impacto dentro das sociedades. Elas permanecem significativas na medida em que se ligam às abordagens mais contemporâneas. A teoria geracional está intimamente relacionada às investigações no âmbito da socialização, enquanto que a corrente classista tem um viés de análise mais conjuntural.

A teoria geracional, em especial, é comumente utilizada como suporte para analisar o comportamento juvenil tendo em vista o modo como ela se propõe a agregar a delimitação etária as condições sociais que definem cada geração. Pautada principalmente nos estudos seminais de Karl Mannheim (1982), a teoria geracional propõe um olhar sobre as diferenças de comportamento e percepção social, tendo em vista como cada geração assimila a cultura a partir da geração anterior e ressignifica esses elementos diante do contexto ao qual está exposta, num processo dialético, como pontua Mannheim (1982).

Nas definições de Mannheim (1982) a geração é um fato no qual os indivíduos se veem inseridos, independentemente de sua escolha ou identificação. Dessa forma, geração pode ser compreendida como uma “situação”, a qual o sociólogo compara com a situação de classe. O que definiria a geração seria então o estar situado num contexto histórico-social no qual os indivíduos ficam expostos aos mesmos fenômenos e acontecimentos.

A perspectiva de Mannheim (1982) enfatiza ainda alguns pontos específicos sobre a condição juvenil dentro da dinâmica das gerações. Ao trabalhar a concepção de “contato original” e a lógica de sucessão das gerações e consequente necessidade de transmissão da

cultura acumulada, o sociólogo evidencia como a geração jovem está mais sujeita a assimilar as transformações do mundo social de modo mais “tranquilo”. Isso aconteceria devido a geração mais jovem ainda estar em processo de assimilação da cultura repassada pelas gerações mais velhas e, por isso mesmo, menos presa aos padrões sociais.

Mesmo com essa definição de geração que, aponta para similaridade e a experiência comum dentro do mesmo contexto histórico e social, a teoria de Mannheim abre espaço para a percepção de diferenças dentro de uma mesma “geração real”. Como observa Okado (2013), o conceito de “unidade geracional” proposto por Mannheim visa explicar as diferenças dentro de uma mesma geração a partir das diversas formas como os indivíduos dentro de uma mesma geração podem interpretar os acontecimentos aos quais são expostos, formando com base neles identidades mais específicas que se agregam em pequenos grupos.

3.2 Ciclo de Vida, condição juvenil e sentimentos partidários

As teorias clássicas sobre as juventudes, como a teoria classista e geracional se propõe a explicar as diferenças entre o comportamento dos indivíduos sem fazer referências as mudanças nos papéis sociais que estes desempenham, ou, em outras palavras, nas mudanças ao longo do ciclo de vida (OKADO, 2013). Essa outra leitura sobre as mudanças no comportamento dos indivíduos, denominada ciclo de vida, se constrói em relação tanto do desenvolvimento biológico dos indivíduos, mas especialmente considerando diferentes marcadores sociais que estabeleceriam os limites de cada fase da vida (SHANAHAN, 2000).

A teoria do ciclo de vida possui suas bases nos estudos de socialização política, no intento de compreender como os valores e a cultura política de um modo geral são assimiladas pelos indivíduos e formam suas preferências (OKADO, 2013). Entretanto, a perspectiva do ciclo de vida extrapola algumas limitações das teorias de socialização que, estabelecem a primazia dos processos de socialização primária e sua consequente cristalização após as primeiras décadas de vida do indivíduo (OPPO, 1998).

Pelo que contempla a teoria do ciclo de vida, que propõe dessa forma, mesmo com a permanência de elementos provenientes da socialização primária, o comportamento dos indivíduos ainda será influenciado pelos papéis sociais que estes venham a desempenhar ao longo da vida, formando assim novos “padrões de socialização” (OKADO; RIBEIRO, 2015). Esses novos papéis sociais desempenhados podem ser observados na medida em que os indivíduos assumem novas responsabilidades, compreendidas em marcadores sociais (SHANAHAN, 2000).

Dentre os marcadores sociais que servem como delimitadores entre a fase adulta e a juventude temos “o tempo de permanência em um mesmo local de residência, o casamento, a entrada no mercado de trabalho, a posse de uma casa própria, o abandono da casa dos pais e término da escola” (OKADO; RIBEIRO, 2015, p. 60). Além disso, considerando a realidade brasileira, Okado e Ribeiro (2015) reforçam que, o ingresso no mercado de trabalho e casamento são suficientes para chegar a um recorte mais aproximado de quem seriam os jovens no Brasil. A delimitação da condição juvenil, dentro da ótica do ciclo de vida se daria então pela ausência das dimensões da produção e da reprodução (OKADO, RIBEIRO, 2015).

A percepção da juventude enquanto uma condição delimitada tanto por fatores biológicos próprias do processo de maturação física, quanto por marcadores sociais permitem uma melhor visualização das diferentes juventudes. A tese do ciclo de vida propicia uma série de possibilidades de relação entre maturação biológica e inserção em dinâmicas sociais que nos levam a diferentes categorias de juventudes, as quais possuem por sua vez estilos e comportamentos próprios que ainda carecem de estudos, em especial na ciência política que, tem se concentrado em como as dinâmicas de socialização política e como elas afetam a atuação e participação desses atores, desde o engajamento em movimentos sociais e, em especial, no desenvolvimento de suas preferências partidárias.

Por exemplo, Rute e Marcello Baquero (2007) abordam a influência do processo de socialização sobre a cultura política dos jovens. Os autores constataam que a socialização primária é um fator de forte impacto sobre as crenças políticas dos indivíduos, mas que não é de todo determinista. A participação em outros grupos na fase da juventude, bem como o fator educacional e exposição aos meios de comunicação de massa são variáveis que precisam ser levadas em conta. Fuks (2011) retoma esses elementos ao desenvolver seu estudo sobre a participação política dos jovens, evidenciando como a participação dos pais, a exposição a informação, a eficácia política subjetiva e a religião desempenham um papel importante no desenvolvimento da participação juvenil.

Baquero e Baquero (2012), em seu estudo sobre a participação política dos jovens, reconhecem de antemão que estes não nutrem grandes expectativas em relação aos governos. Os escândalos de corrupção e a permanência das desigualdades sociais se apresentam como elementos que influenciam a descrença dos jovens em relação a política institucional. A profissionalização da política também é salientada por eles como um fator que contribui para o afastamento da juventude. Entretanto, se a participação através dos canais institucionais tem reduzido, isso não implica para os pesquisadores que a juventude não esteja participando por

outros meios, tais como os chamados “novos movimentos sociais” (PEREZ, 2019; PEREZ, 2021).

Além das Observações de Baquero e Baquero (2012) sobre a imagem que os partidos têm diante da juventude, temos também a questão da estrutura interna de funcionamento dos partidos. O modo como os partidos organizam sua atuação e a participação interna não só é pouco atrativa para os jovens como dificulta a sua inserção nas atividades do partido (OKADO; RIBEIRO, 2015). De modo mais direto, os partidos políticos em sua hierarquia e exigências, tanto de tempo, quanto principalmente de recursos, cobram da juventude algo que a grande maioria dos jovens não possui e que são pertinentes a vida adulta (OKADO; RIBEIRO, 2015).

Okado e Ribeiro (2015), trazem para o debate sobre a juventude na ciência política a perspectiva do ciclo de vida e como os papéis sociais com sua consequente adoção de responsabilidades e condições específicas a cada fase da vida, levariam a uma delimitação mais aproximada da juventude e, especialmente, como essas mudanças impactam na sua cultura política.

Neste contexto, estudos têm indicado a emergência de um novo paradigma de participação juvenil, com a gestação, por parte dos jovens, de novos modos de organizar a vida cotidiana, com uma forte negação institucional e de parâmetros político-ideológicos (PEREZ; SOUZA, 2017, PEREZ, 2019).

Como é conhecido no histórico de mobilizações brasileiras, a juventude rotineiramente esteve entre os protagonistas das lutas sociais e políticas. Cabe ressaltar sua presença em eventos como o simbólico Caras Pintadas, as diversas edições do Grito dos Excluídos, Marcha das Margaridas e Diretas Já, dentre outros (SCHERER-WARREN, 2014). Como destacado por Baquero e Baquero (2012), a juventude estaria caminhando não no sentido de uma apatia política generalizada, mas no desenvolvimento e valorização de outras formas de participação social e política.

Essa percepção já era observada em estudos sobre as democracias consolidadas, pautada especialmente na análise das mudanças advindas de uma sociedade pós-materialista. Essa leitura pode ser encontrada nos estudos de Inglehart e Welzel (2005), na qual os autores procuram demonstrar como o processo de modernização das sociedades e segurança em relação as necessidades materiais mais urgentes (alimentação, trabalho, moradia e etc.), permitiram o desenvolvimento de um cidadão mais inclinado as necessidades individuais e de auto expressão.

A tese do desenvolvimento humano defendida por Inglehart e Welzel (2005), corrobora com a visão de que as mudanças percebidas na juventude não seriam o fruto de uma apatia política, mas contrariamente seriam a expressão de uma mudança de padrão de comportamento

que, na lógica da sua teoria, estaria agora se voltando para formas de ativismo menos burocráticas e por mecanismo de participação direta.

A juventude, na leitura de Okado (2013), estaria mais predisposta a assimilar essas mudanças de comportamento e percepção da política na medida em que representa um extrato com maiores índices de escolaridade e disponibilidade de recursos cognitivos quando comparada as gerações anteriores. Teríamos assim um ideal de democracia que ultrapassa a ótica de deveres a cumprir e responsabilidades estabelecidas e caminha na direção de uma cidadania que se pauta na ação direta (OKADO, 2013). Outro ponto que é reforçado por Okado (2013), se dá em relação a importância dos eventos históricos de grande impacto sobre o comportamento político dos indivíduos. Mesmo na teoria geracional Mannheim (1982) pontuava que os eventos históricos, como crises econômicas e guerras, por exemplo, impactam no modo como os atores assimilam e formam sua percepção cultural. Assim, os eventos históricos de grande impacto possuem um peso que merece ser considerado na medida em que influenciam no modo como a cidadania crítica pode se manifestar (NORRIS, 2003).

Segundo Ribeiro (2012), durante a primeira década do século XXI, é observada uma certa estabilidade quanto à relação dos jovens com os meios institucionais de participação. De acordo com os estudos do pesquisador, não há uma acentuada tendência na rejeição destes mecanismos ao longo da década pesquisada. Entretanto, logo no início da década seguinte (2010), é perceptível o desenvolvimento ou, ao menos, a demonstração de rejeição dos canais institucionais.

3.3 Juventudes, Jornadas de Junho e “novas” formas de organização

A percepção negativa dos jovens sobre os partidos políticos possui bases em diversos pontos, desde a imagem pública que esses atores institucionais possuem, até a sua prática interna, associada a intensa burocracia. A baixa adesão da juventude diante dos canais institucionais incidiu numa visão de que os jovens são pouco mobilizados e tendem a não se engajar em questões políticas. O início de um ciclo de protestos na segunda década do século XXI veio a confrontar essa ótica na medida em que revelou uma juventude engajada e com alta capacidade de mobilização (PEREZ, 2021).

Nesse sentido, as manifestações de junho de 2013 se consolidaram como um marco para o estudo sobre a atuação política da juventude. Scherer-Warren (2014) apresenta em seu estudo como as manifestações têm início em torno da luta pela redução das passagens do transporte coletivo, encabeçada pelo MPL (Movimento Passe Livre). Entretanto, a repressão policial em

São Paulo acaba direcionando, ou redirecionando, o ideal das manifestações para uma perspectiva democrática maior: o direito de participar, de manifestar, a cidadania. Isso, segundo a autora influenciou a participação massiva nas manifestações que se seguiram.

Tatagiba e Galvão (2019), analisando as Jornadas de Junho, estabelecem algumas características marcantes desse ciclo de protestos, especialmente a polarização política. Segundo as pesquisadoras, o antipetismo e uma heterogeneização dos atores e reivindicações seriam características proeminentes das Jornadas de Junho. No entanto, apesar do antipetismo ser um fator marcante, os protestos extrapolam a polarização política englobando outros tipos de pertencimento. Nesse aspecto, Scherer-Warren (2014) já em 2014 apontava como as manifestações expressaram uma diversidade de antagonismos que, no viés da política institucional, iam do partidarismo, passando pelo apartidarismo, até o antipartidarismo.

Ainda segundo Tatagiba e Galvão (2019), nas Jornadas de Junho a pluralidade de atores e pautas iam de um lado a outro do espectro ideológico. E diferentemente do que se pensava nos primeiros estudos, as Jornadas não foram um ciclo de protestos capitaneado essencialmente pela juventude. Apesar disso, a presença da juventude desde as primeiras manifestações constituiu-se ao longo do ciclo de protestos como o 4º maior grupo (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

Essa guinada “repentina” no comportamento político levou os pesquisadores a se questionarem sobre como se deu tal processo de mudança e eclosão de um ciclo de protesto tão forte. Assim, começou-se a notar e enfatizar certas tendências que, nas Jornadas de Junho, se apresentaram de maneira proeminente.

Apesar de as Jornadas serem tomadas como um marco, os estudos mais recentes têm evidenciado que muito das características novas, ou os ditos novos atores, ou ainda tipos de movimento, existiam bem antes das manifestações de 2013. Em seu estudo sobre coletivos, Perez e Souza (2017) abordam grupos que se organizam nesses moldes ditos “novos” desde o início do nosso século. Entretanto, é inegável a importância das manifestações de 2013 para o despertar sobre essas formas de organização e atuação política que, especialmente na juventude, tem ganhado espaço. Perez (2019) demonstra como a rejeição aos canais convencionais de participação e mediação política é um dado comum na retórica dos coletivos, podendo se manifestar na figura do antipartidarismo ou do apartidarismo.

Importa perceber que as características elencadas para os coletivos não são universais a todos eles e que é preciso ressignificar certos conceitos em relação ao que eles representam para os atores. A autonomia é um bom exemplo, longe de significar a ausência de lideranças dentro dos movimentos, ela representa uma percepção de como realizar o processo de tomada de

decisão de modo mais democrático (PEREZ, 2019). Como bem ressalta Perez (2019), essa lógica de participação vai na contramão do que os atores identificam na forma de ser dos partidos políticos.

Não se constituindo num fenômeno restrito ao Brasil, o caráter antipartidário observado nas ações coletivas também tem sido objeto de estudos em pesquisas no exterior. Precedendo os estudos sobre as ações coletivas da última década, estudos como os de Soeiro (2014) já apontavam a rejeição dos indivíduos que protagonizavam o ciclo de protestos em Portugal a partir de 2011 contra as formas clássicas de representação, das quais destacam-se os partidos políticos.

Outros estudos tentam compreender o fenômeno à luz das consequências econômicas decorrentes da austeridade proposta pela agenda econômica neoliberal. Nesse aspecto, Lima e Artiles (2014) refletem sobre as ações coletivas na Europa, ressaltando os “modos alternativos de organização e ação, flexível e horizontal” (LIMA; ARTILES, 2014, p. 139).

A expressão de sentimentos antipartidários por meio dos ciclos de protestos da última década, em grande parte capitaneados por jovens, nos leva à necessidade de compreender em que sentido essa rejeição aos canais de mediação vem se desenvolvendo e quais seus impactos sobre a democracia brasileira.

Os estudos mais recentes sobre a juventude tendem a focar na análise da internet como um fator explicativo sobre os novos padrões de comportamento juvenil (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016; RAMÍREZ, 2016; BAQUERO; MORAIS, 2018). No entanto, tais estudos não abarcam os sentimentos antipartidários da juventude de modo direto, deixando em aberto como esses atores têm desenvolvido sua rejeição aos partidos políticos.

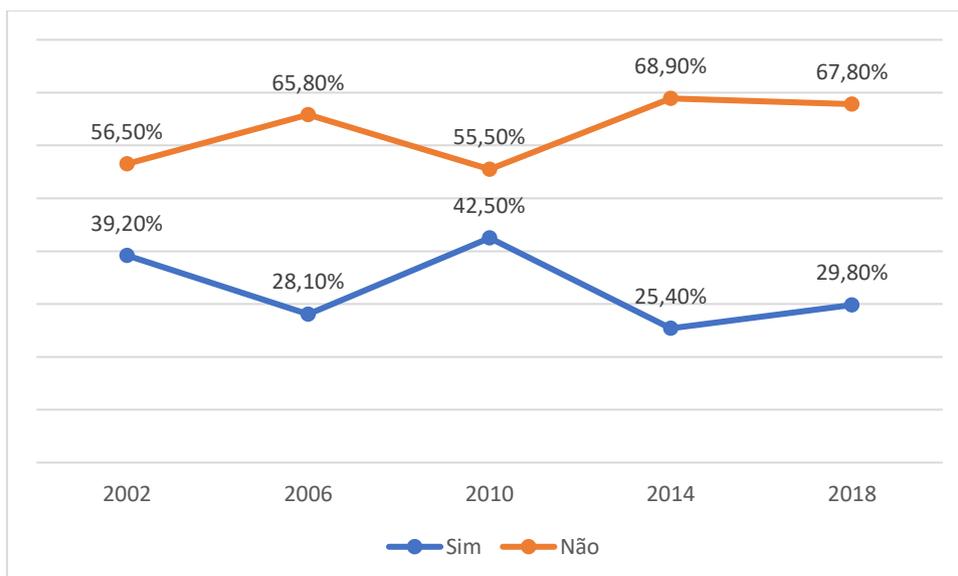
É nesse espaço em aberto, que a presente pesquisa desenvolve sua análise, considerando o papel da juventude nos grandes eventos que têm marcado a história recente do país, em especial nas primeiras décadas deste século. Analisamos em que medida o antipartidarismo tem se manifestado na juventude dentro desse recorte temporal, estabelecendo um perfil do jovem antipartidário ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, tomando como hipótese a influência do contexto político e dos marcadores sociais do ciclo de vida sobre a percepção política dos jovens em relação antipartidarismo.

4. JUVENTUDES E SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS

Reconhecendo a dimensão da importância dos sentimentos partidários para o funcionamento das democracias, seja no âmbito da coordenação das ações do Estado, ou para o direcionamento do voto, apresentamos inicialmente um quadro geral dos sentimentos partidários expressos pela juventude. Tomando os pressupostos da teoria do ciclo de vida, este capítulo apresenta a distribuição dos principais marcadores sociais que foram utilizados nesta pesquisa para demarcar as fases do ciclo de vida, em especial as diferentes categorias que a juventude pode assumir.

Os sentimentos partidários se constituem nas percepções dos atores sobre a atuação dos partidos políticos e nos permitem observar como estes tem conseguido desenvolver raízes no eleitorado ou influenciar suas ações na arena política e eleitoral. Assim, os grandes *surveys* eleitorais e de comportamento político costumam dedicar algumas questões para medir a atuação dos partidos e como o eleitorado tem compreendido e avaliado as suas ações. No gráfico 1 apresentamos como os jovens avaliam a capacidade dos partidos em expressar seu modo de pensar. Essa questão permite aferir uma identificação no aspecto mais racional entre o eleitor e as diferentes legendas partidárias, como demonstrado no estudo de Okado, Ribeiro e Lazare (2018).

Gráfico 1. Identificação racional com os partidos.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

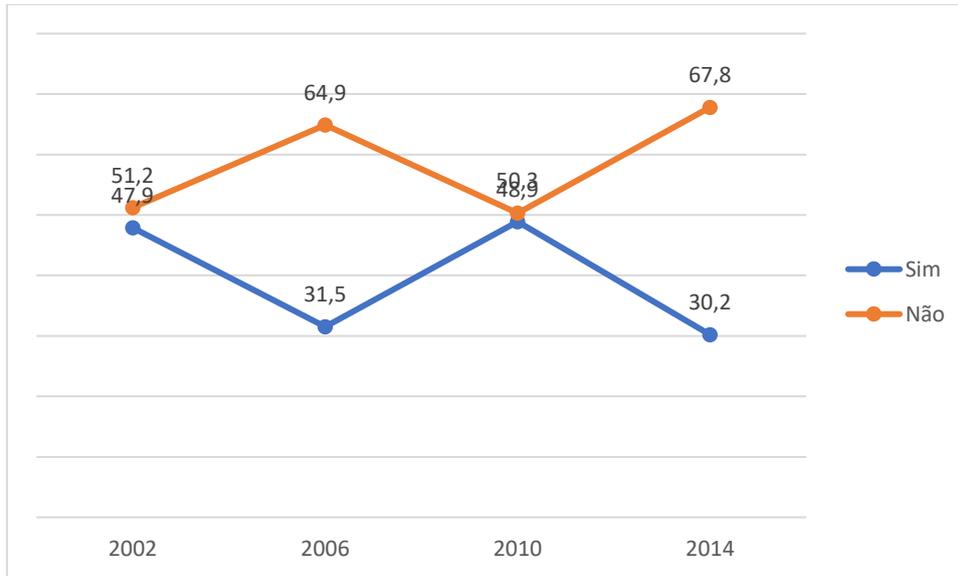
Como o gráfico 1 evidencia, há um baixo percentual de identificação dos jovens quanto à atividade dos partidos ao longo de todo o recorte temporal, mesmo em seu melhor momento na linha do tempo trabalhada, a identificação não ultrapassa os 43%, fato que ocorre no ano de 2010. Além disso, é possível observar um aumento expressivo após 2010 no distanciamento entre os modos de pensar dos jovens e a impressão que os partidos demonstram para estes. A partir de 2014 o percentual de não identificação com as legendas partidárias tende a se estabilizar num patamar alto, na casa dos 60%. O movimento que o gráfico desenha pressupõe também uma fluidez na percepção dos atores sobre a identificação dos partidos que merece ser aprofundada.

Considerando os pressupostos das teorias de socialização política é esperado que os jovens não tenham tanta afinidade com os partidos políticos, na medida em que estariam ainda cristalizando suas preferências (OPPO, 1998). Para Oppo (1998), a juventude estaria demarcada ainda dentro da segunda etapa do processo de socialização política, na qual os atores estão formando justamente as suas impressões sobre o sistema político e as instituições nas quais estão inseridos. Além disso, o processo de formação histórica dos partidos políticos no Brasil também é um fator que explica o baixo enraizamento dessas instituições na população que, não raro os observa pela ótica da desconfiança (Baquero; Vasconcelos, 2013).

Essa dispersão do gráfico segundo essa variável também corrobora com uma consequência do processo de formação dos partidos políticos brasileiros, em especial quanto a falha em seu papel na promoção de uma educação política, como já observado por Gimenes, (2017). A alta volatilidade expressa sobre a identificação “ideológica” dos eleitores com os partidos acusa a deficiência dos partidos enquanto catalizadores dos ideais do eleitorado, que tendem a ser influenciados por outras dinâmicas sociais. Além disso, este dado reforça ainda as considerações de Samuels e Zucco (2018) de que os partidos brasileiros no geral não se preocupam com a captação de filiados de onde se percebe a própria fluidez dos partidos diante das pautas nacionais, priorizando ações mais pragmáticas que ideológicas.

Essa conjuntura nos ajuda a compreender a oscilação de o eleitor brasileiro em suas preferências partidárias. O gráfico 1 possibilita a percepção desse fenômeno ao mostrar uma variação na identificação que tende a caminhar entre altos e baixos entre os anos de 2002 a 2014, estabilizando numa rejeição mais acentuada em 2018.

O gráfico 2 apresenta a identificação com os partidos políticos num viés mais afetivo, considerando a variável “gostar de algum partido”. Essa variável contribui com a análise na medida em que evidencia como os partidos têm se fixado no gosto particular do eleitor, fator especialmente importante quando reconhecemos o caráter personalista da política brasileira.

Gráfico 2. Identificação afetiva com os partidos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014.

Como podemos observar em nosso gráfico 2 a distribuição da identificação afetiva dos jovens para com os partidos segue um padrão semelhante ao da identificação ideológica ou racional. A variável “gostar de algum partido” expressa no banco de dados do ESEB pontua a percepção geral da juventude em um sentido mais afetivo, revelando como as legendas partidárias têm sido assimiladas no gosto pessoal do eleitorado. Okado, Ribeiro e Lazare (2018) demonstraram em seu estudo como esse fator é relevante para a compreensão dos sentimentos partidários. Nesse sentido, o gráfico 2 projeta um desenho semelhante ao gráfico 1, apresentando o “gostar de algum partido” como um fator igualmente fluído nas duas últimas décadas. Em 2002 e 2010 temos uma fase de maior prestígio dos partidos políticos entre os jovens, ao passo que em 2006 e 2014 há um acentuado desinteresse dos jovens em relação aos partidos políticos pontuando mais de 60% nos respectivos anos.

Essa volatilidade nos sentimentos partidários é um elemento importante de se considerar dentro do contexto brasileiro. Samuels e Zucco (2018) já apontavam essas características em seu estudo sobre o antipetismo, enfatizando como as sequentes crises (sociais, políticas e econômicas) possuem uma influência sobre a percepção em relação aos partidos políticos que precisa ser considerada. Nesse sentido, destacamos como a juventude se demonstra passível de assimilar essas influências estruturais em suas avaliações partidárias, corroborando com nossa hipótese sobre a força dos eventos do contexto político sobre a expressão dos sentimentos antipartidários. Destacamos a seguir alguns eventos que impactaram na percepção sobre os partidos políticos dentro do recorte temporal abordado nesta pesquisa.

Em 2002, temos a eleição do ex-presidente Lula, marcando a primeira vitória de um partido de esquerda, e de massa para a presidência do país. A expressividade do PT enquanto um partido de massa aumentou tanto a identificação ideológica (considerando aqui o modo de pensar), quanto do ponto de vista mais afetivo (gostar do partido). Em 2005 temos outro marco histórico que impactou o cenário político do país com os desdobramentos do chamado Mensalão e a consequente condenação de importantes lideranças partidárias, fato que colocou em xeque a representatividade do Partido dos Trabalhadores e colocou em pauta as dinâmicas da corrupção partidária.

Um escândalo de corrupção no nível do Mensalão e com a cobertura intensa da mídia nacional impactou fortemente no cenário político de 2006 como pode ser observado no gráfico 1 e 2. A revelação dos esquemas de corrupção reforçam uma visão social dos partidos como instituições voltadas exclusivamente para interesses particulares e para a obtenção do poder do Estado. Nesse sentido, o envolvimento do PT no Mensalão marca uma quebra na percepção do eleitor quanto a atuação dos partidos de esquerda e de massa que, construíram muito de sua campanha e captação de filiados dentro da lógica de combate a corrupção dos partidos tradicionais do país.

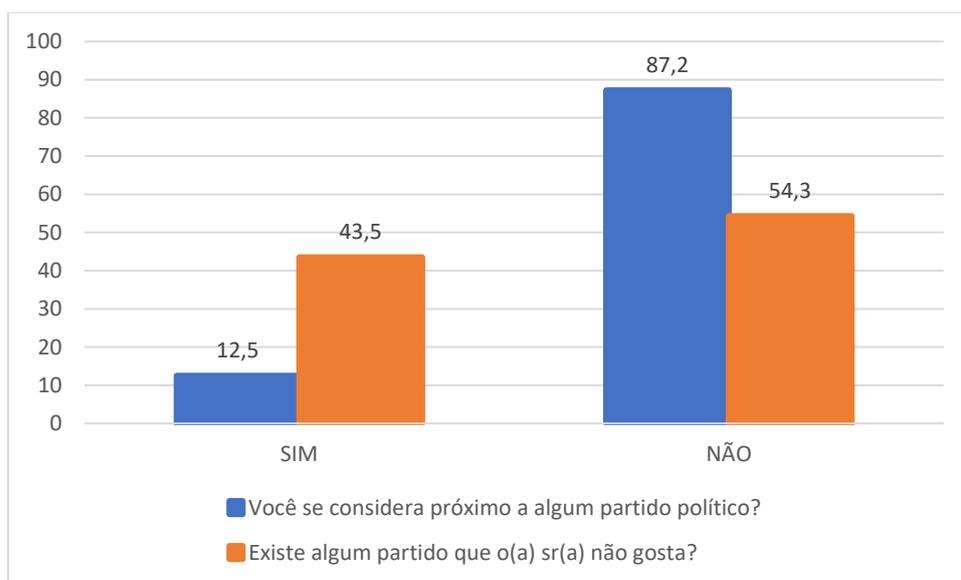
Em 2010, a estabilidade social e econômica permitiu mais uma vez o desenvolvimento de avaliação positiva sobre a atuação dos partidos. Como Inglehart e Welzel (2005) explicam, o desenvolvimento social e econômico permite que o eleitor desenvolva uma nova ótica sobre a esfera política, passando a investir em pautas que os autores denominam como “pós-materialistas”. Assim, em 2010, com o país em certa estabilidade econômica, política e social, os eleitores demonstram uma maior identificação partidária, principalmente com os partidos à esquerda que pautam justamente esses valores “pós-materialistas”. Um exemplo desse fato também pode ser observado na eleição da primeira mulher para a presidência do país, Dilma Rousseff em 2010.

Seguindo essa linha cronológica, para 2014, o fato histórico que nos remete são as grandes manifestações que “explodiram” pelo país a partir de 2013, como podemos observar em nosso gráfico 2, a rejeição nesse ano chega aos 67,8%. As Jornadas de Junho marcaram outra inflexão quanto a avaliação dos partidos políticos, numa mudança que chegou a surpreender especialistas dado o recente crescimento do partidarismo na última eleição. No entanto, as manifestações, em grande parte lideradas por jovens, expressavam nitidamente uma rejeição aos partidos políticos, identificados como parte do problema contra o qual estes jovens se reuniam e, como instituições em que a participação era demasiado burocrática pra ser efetivamente democrática (TATAGIBA; GALVÃO, 2019; PEREZ, 2019).

Apesar de terem seu grande marco em junho de 2013, o ciclo de protestos compreendido no termo “Jornadas de Junho” se estendeu até 2016, ainda que com profundas mudanças em suas pautas de manifestação, que ao final se concentraram na oposição ao governo petista. Nesse sentido, nosso gráfico ilustra a força que o ciclo de protestos teve sobre o pensamento político e, em especial sobre os sentimentos partidários.

No ESEB de 2018 ocorreu uma mudança na estrutura do questionário com relação a questão “gostar de algum partido”, a pergunta foi construída na forma negativa impossibilitando sua inclusão no gráfico 2. Dessa forma apresentamos a avaliação dos partidos em 2018 de forma separada, demonstrando as frequências de duas variáveis novas utilizadas na referida onda do ESEB. As variáveis “se considerar próximo a algum partido” e “não gostar de algum partido” constituem assim nosso gráfico 3, no qual procuramos evidenciar mais detalhadamente a condição atual dos partidos políticos na percepção do eleitor jovem.

Gráfico 3. Identificação com os partidos políticos em 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2018

O gráfico 3 traz a identificação partidária tanto do ponto de vista ideológico quanto do ponto de vista afetivo. A variável “se considerar próximo a algum partido político” procura evidenciar o quanto o eleitor percebe o seu modo de pensar como próximo a determinada legenda, enquanto que a variável “não gostar de algum partido” já caminha numa perspectiva de revelar a disposição do eleitor em rejeitar os partidos. Essa última variável reforça ainda a percepção dos sentimentos partidários negativos como fortes influenciadores do

comportamento político e eleitoral dos indivíduos, fator salientado no estudo de Samuels e Zucco (2018).

O ano de 2018 no Brasil se constituiu num período de eleição que se desenvolveu de forma “atípica”, envolvendo desde a prisão do ex-presidente Lula, que despontava como preferido nas pesquisas do início do ano, bem como o próprio atentado contra a vida do então presidenciável Jair Messias Bolsonaro. Nesse contexto de ânimos exaltados, especialmente pela dinâmica do antipetismo, temos uma expressiva desconexão entre o eleitorado jovem e os partidos políticos de um modo geral. Em azul representando a ideia de considerar próximo a alguma legenda, temos 12,5% como menção positiva a questão, evidenciando que a identificação partidária positiva não foi o grande destaque para promoção do voto neste período.

Na segunda informação do gráfico 3, em laranja, enfatizamos os eleitores que possuem algum desafeto específico por algum partido, ao que temos 43,5% confirmando sua rejeição a determinada legenda. Importante considerar que o modo como a questão é posta na pesquisa não permite inferir que o eleitor que não rejeita uma legenda particular seja consequentemente próximo a algum partido. Nesse sentido, os 54,3% podem incluir desde indivíduos partidários até apartidários.

Evidencia-se com esses dados de 2018 que houve uma grande força dos sentimentos partidários negativos na eleição de 2018. É expressiva a porcentagem de 43,3% de jovens que rejeitavam acentuadamente alguma legenda partidária. A construção dessa variável no survey não nos permite distinguir entre antipartidários e indivíduos com identidade partidária negativa, mas reforça a leitura sobre como não apenas o partidarismo é um fenômeno relevante, mas igualmente suas expressões negativas mobilizam a ação dos eleitores (SAMUELS, ZUCCO, 2018).

Diante desse quadro geral proposto, constatamos de antemão a precária situação dos partidos políticos diante do eleitorado jovem. Em um sentido amplo esta leitura já está presente em diversos estudos que procuram relacionar o descrédito dos partidos políticos especialmente as dinâmicas do processo histórico de formação da democracia brasileira e do nosso sistema partidário (BAQUERO, LINHARES, 2011; KINZO, 2005; BAQUERO, VASCONCELOS, 2013; SCHIMITT, 2000).

A força dos eventos do contexto político e social como exposto se constituem num elemento essencial para compreender a formação, desenvolvimento e as próprias flutuações nos sentimentos partidários ao longo do tempo. Ainda que os elementos do contexto apresentados não encerrem todas as ocorrências do período, eles contribuem para uma leitura dos sentimentos partidários de modo mais assertivo. Os dados corroboram com a percepção da força

dos elementos de contexto sobre os sentimentos partidários, bem como a fluidez que o eleitorado apresenta em relação a sua avaliação sobre os partidos, alinhando-se a constatação de Samuels e Zucco (2018).

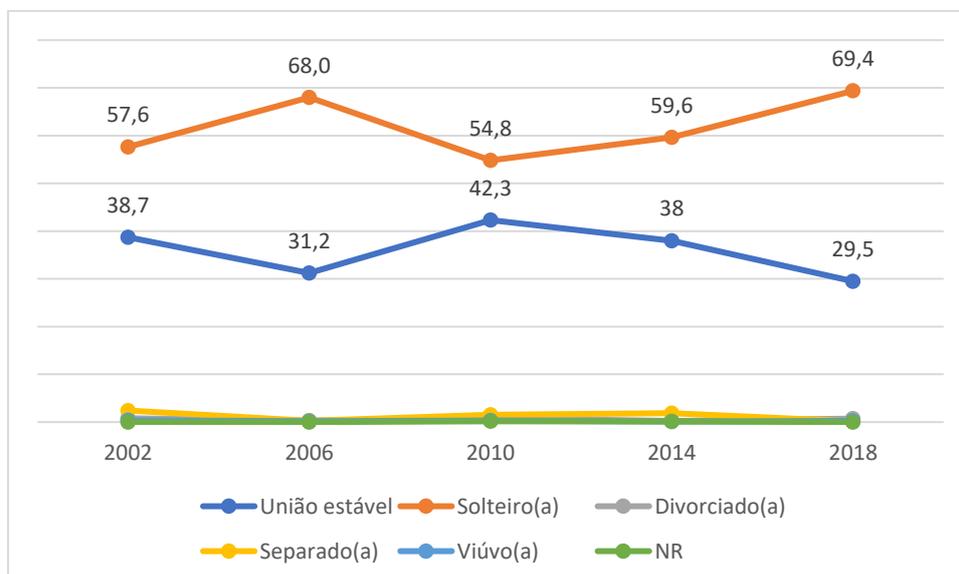
Entretanto, esse panorama inicial não dá conta das especificidades internas da condição juvenil. As juventudes não são um corpo homogêneo de modo que as impressões e percepções políticas desses atores se manifestam de modos diversos e a própria definição de quem caberia dentro da designação de juventude se constitui num debate que merece maior atenção.

4.1 Juventudes e Ciclo de Vida: A condição Juvenil

Para investigar com maior profundidade as juventudes e como elas avaliam os partidos políticos importa apresentar alguns elementos que compõe o perfil da juventude e contribuem para uma delimitação do jovem para além de critérios etários, como o que vem proposto no Estatuto da Juventude (2013), demarcando o jovem como o indivíduo entre 15 e 29 anos. Assim, destacamos ao longo deste tópico os principais marcadores sociais que a teoria do ciclo de vida nos propõe para delimitar uma distinção entre as fases da vida e entre as próprias juventudes.

Segundo os princípios da perspectiva do ciclo de vida, a juventude se destacaria da fase adulta segundo a imersão do indivíduo em duas condições: a produção, representada na inserção no mercado de trabalho e; a reprodução, considerados os diversos tipos de união estável e consequente formação de núcleo familiar próprio (SHANAHAN, 2000; OKADO; RIBEIRO, 2015). Com base nesse pressuposto, apresentamos a seguir no gráfico 4, a distribuição dos jovens segundo seu status civil.

Gráfico 4. Estado civil dos jovens



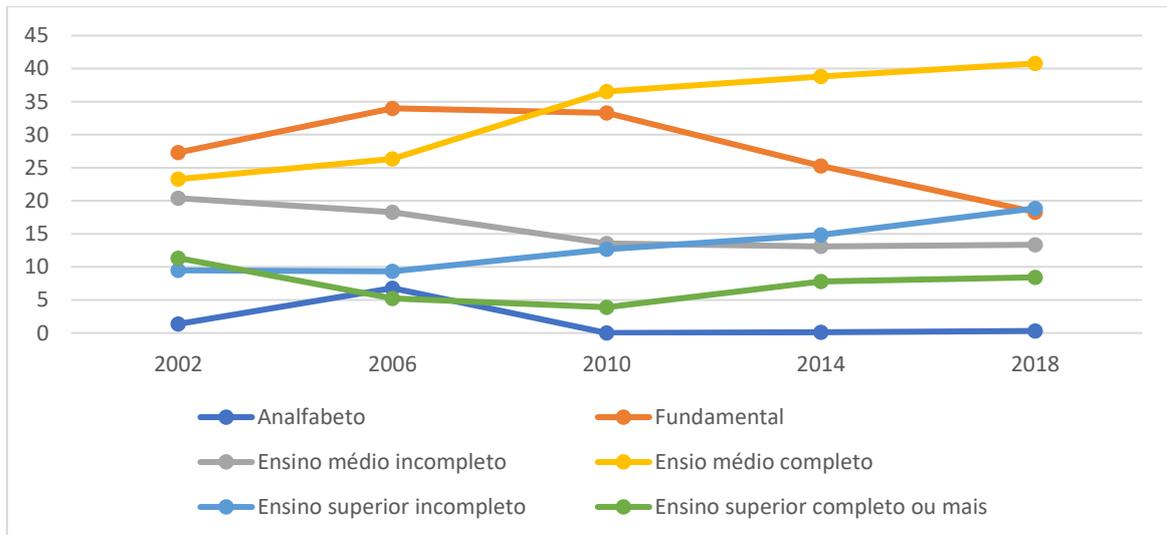
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

Considerando o recorte etário de 16 a 29 anos, o gráfico 4 nos traz as diversas situações de relacionamento e formação de família na juventude. A formação de um grupo familiar próprio é um dos fortes indicadores que nos permitem aferir uma mudança de comportamento no indivíduo quanto as suas preferências políticas (OKADO, 2013). Pelo exposto, o gráfico 4 demonstra que a maioria dos jovens na amostra se encontram solteiros, entretanto há uma expressiva presença de indivíduos na faixa dos 16 aos 29 anos que já se encontram imersos numa estrutura familiar própria, mantendo-se entre 29,5% e 42,3% ao longo das últimas duas décadas.

Esse dado já nos aponta como o recorte etário é falho para dimensionar as diferentes situações em que os jovens estão inseridos e como isso pode implicar em suas percepções políticas. Apesar dos jovens solteiros, como esperado, serem a maioria na amostra, o alto percentual de indivíduos biologicamente jovens que já se encontram constituindo núcleo familiar próprio denota que no Brasil grande parcela dos jovens vive essa fase num período de tempo mais curto do que se projeta.

Para analisar esse quadro com maiores detalhes é preciso considerar também a dimensão ocupacional e educacional. A escolaridade se constitui em outra medida importante para categorização das juventudes na medida em que se faz presente com preditor tanto para as mudanças impostas pelo ciclo de vida e os papéis sociais pertinentes a cada fase, quanto para leituras que tentam encontrar no desenvolvimento de um senso crítico “apurado” a causa do distanciamento do eleitor dos canais clássicos de mediação e participação política (INGLEHART; WELZEL, 2005; NORRIS, 1999; DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003).

Para mais esclarecimentos, no gráfico 5 apresentamos a distribuição da escolaridade entre os jovens ao longo do recorte temporal analisado. Devido as diferenças nas categorizações para cada ano do ESEB, construímos as variáveis no gráfico agregando as respostas em níveis de escolaridade mais delimitados.

Gráfico 5. Escolaridade dos jovens

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

De um modo geral, considerando a organização do sistema educacional brasileiro, é esperado que os indivíduos na faixa dos 16 aos 29 anos estejam ou tenham concluído, a fase final da educação básica, o chamado ensino médio. Nesse sentido, o gráfico 5 evidencia isso, como pode ser observado na linha amarela, saindo de 23,3% em 2002 para 40,8% em 2018. Além disso, é notável o crescimento tanto no percentual de jovens com o ensino médio completo, quanto também naqueles que estão cursando um curso superior, que em 2002 representava 9,5% e em 2018 chega aos 18,9%.

Uma das teorias que trabalham a partir dos índices de escolarização é a perspectiva da mobilização cognitiva, no sentido de relacionar o desenvolvimento da escolarização com o interesse por política, resultando num eleitor mais independente de referências terceiras (DALTON; MCALLISTER, WATTENBERG, 2003). Apesar dessa crescente na escolarização juvenil e acesso ao nível superior é difícil argumentar na direção da tese do refinamento cognitivo como elemento central para explicar a rejeição aos partidos políticos, tendo em vista que, majoritariamente ainda temos uma juventude apenas com o nível básico de escolarização que, no Brasil compreende mais um técnico profissionalizante em vista de inserir o quanto antes o jovem no mercado de trabalho. Note-se ainda o alto percentual de indivíduos possuindo apenas o nível fundamental de ensino ao longo de toda a série histórica apresentada.

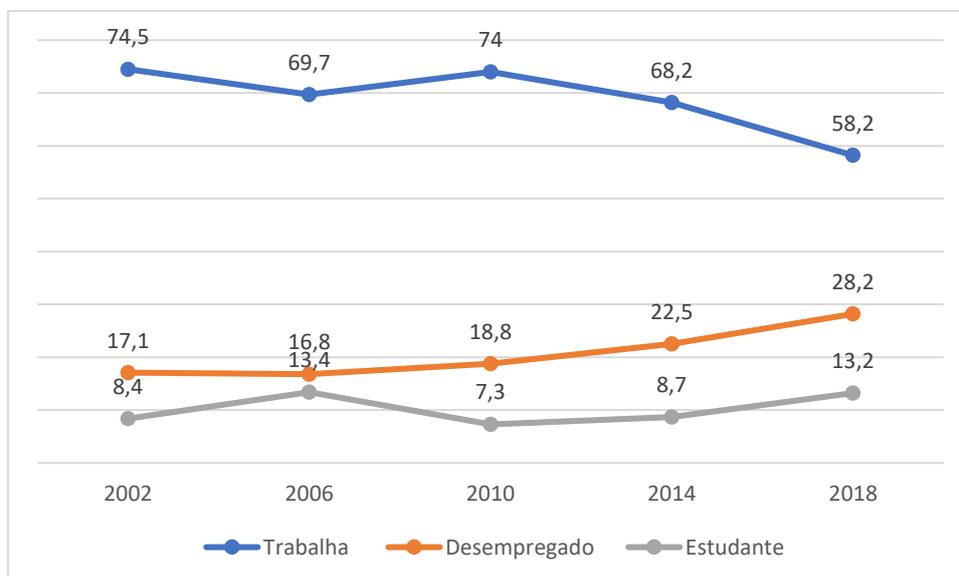
Pesquisadores como Inglehart e Welzel (2005); Dalton, McAllister e Wattenberg (2003) e; Pipa Norris (1999), argumentam com base em estudos sobre a democracia norte-americana e europeias que, mudanças provenientes da melhora educacional e econômica impactariam na cultura política do eleitor favorecendo o desenvolvimento do que Norris vai definir como

“cidadão crítico”. No Brasil, entretanto, essas leituras esbarram em dificuldades empíricas, como aponta nosso gráfico 5. O eleitor jovem no Brasil não possui um alto índice de escolarização que indique uma mudança de padrão na sua avaliação crítica do sistema político, o que reforça nossa tese em torno do ciclo de vida e de eventos de impacto no contexto político como preditores de maior impacto sobre as percepções políticas da juventude.

Além disso, a perspectiva do desenvolvimento humano de Inglehart e Welzel (2005) pauta sua leitura numa ótica de que, ao se libertar das preocupações primárias para a sobrevivência como consequência da estabilidade econômica, o eleitor se voltaria a práticas que valorizam a auto expressão e participação direta nas questões políticas, o que consequentemente coloca em cheque a existência de instituições como os partidos políticos. Novamente essa proposição analítica é de difícil adaptação no caso brasileiro, considerando a condição econômica do país e sua inconstância nas primeiras décadas do século XXI, salvo o período entre 2006 até meados de 2014 na qual a economia brasileira possuía relativa estabilidade e crescimento, como atesta Carvalho (2018) em sua análise sobre a era petista a frente do governo.

Esse preditor da teoria do desenvolvimento humano, no entanto, nos leva a outro fator relevante quanto aos marcadores do ciclo de vida, posto que a estabilidade econômica do indivíduo está diretamente ligada à sua situação profissional. A inserção na dinâmica da produção é um fator que impactará fortemente na vida do indivíduo na medida em que proporciona uma maior independência (SHANAHAN, 2000). No gráfico 6 pontuamos as diferentes imersões dos jovens no campo profissional.

Gráfico 6. Situação profissional dos jovens



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

Considerando a tese do ciclo de vida, a inserção no mundo da produção é um dos fatores cruciais na distinção entre a juventude e fase adulta (OKADO; RIBEIRO, 2015). Aliada a constituição de um grupo familiar próprio essa variável permite um recorte mais aproximado de quem seriam os jovens propriamente ditos, extrapolando a visão meramente biológica e legal e permitindo uma análise mais pormenorizada das diferentes situações juvenis (OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018). Nesse sentido, o gráfico 6 nos aponta algumas situações relevantes. A primeira se dá em torno da constatação de que o trabalho faz parte da experiência de vida de boa parte da juventude ao longo do recorte temporal estudado. Desse modo, apenas esse marcador não dá conta de definir quem está na condição juvenil no Brasil. A faixa do jovem que apenas estuda reforça essa percepção ao demonstrar que os jovens que se dedicam apenas ao estudo, ou mesmo, que entendem o estudo como uma ocupação profissional, é pequena, mesmo com o aumento consequente da escolarização expresso no gráfico 5.

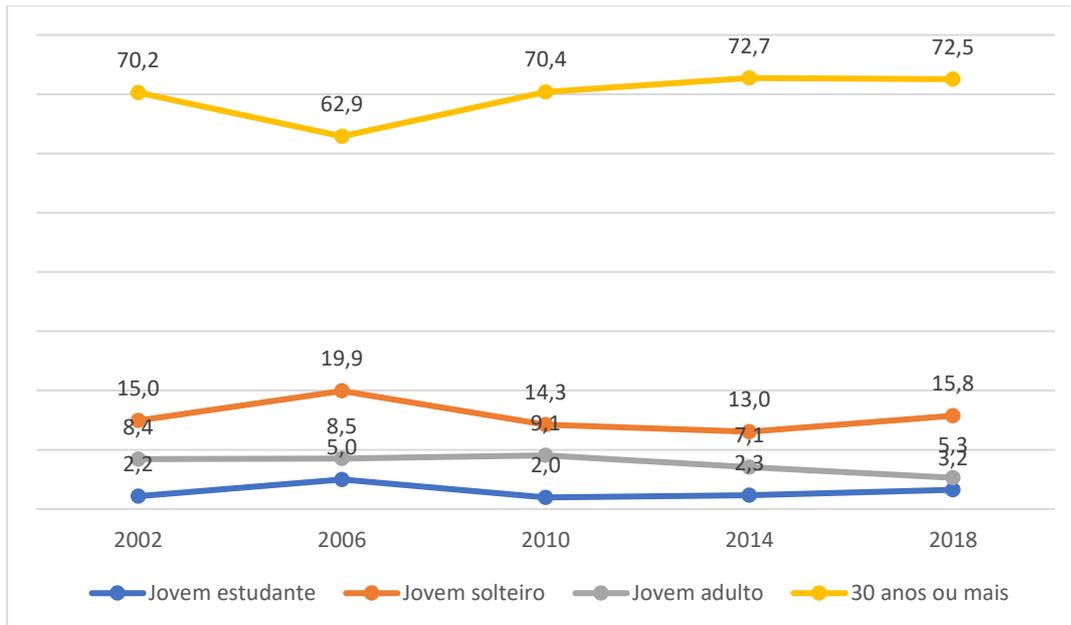
A luta pela inserção no mercado de trabalho se constitui assim numa variável que permeia a vida do jovem brasileiro. A expressão de práticas próprias das juventudes como o namoro, o lazer e por vezes o próprio estudo, pressupõe um financiamento que, não raro, as famílias não tem condição de arcar para seus membros mais jovens. Assim, é compreensível a procura do jovem pelo trabalho como um meio de acesso aos recursos necessários para expressar e experienciar a própria juventude. Essa reflexão nos leva ao ponto de que os marcadores do ciclo de vida funcionam por um processo de interrelação e combinação de modo a evidenciar os papéis próprios de cada fase do ciclo de vida.

A partir dessa leitura e análise das variáveis referentes aos marcadores que diferenciam as fases da juventude e vida adulta, adotamos a seguinte categorização da juventude: a) Jovem estudante, compreendido aqui como aquele que está na faixa dos 16 aos 29 anos, não está no mercado de trabalho e dedica-se exclusivamente a formação acadêmica; b) Jovem solteiro, que pode estar dentro ou fora do mercado de trabalho, mas ainda não possui um núcleo familiar próprio e; c) Jovem “adulto”, que seriam os indivíduos que estão na faixa etária da juventude, mas já se encontram imersos nas dinâmicas de produção e reprodução.

Assim como Okado e Ribeiro (2015), tomamos a variável “30 anos ou mais” como controle e comparação entre as juventudes e os adultos, considerando aqui plenamente adultos todos os que passaram dos 30 anos de idade. A consideração do adulto como aquele com idade maior que 30 anos está inclusa na tese do ciclo de vida na medida em que, por mais que um indivíduo dentro dessa faixa esteja fora das dinâmicas da produção e reprodução, socialmente

ele já é visto como um adulto. Além disso, a presença desse recorte amplo, no qual encaixamos todos os adultos, serve como referência para comparar em que medida as diferentes juventudes se assemelham ou diferenciam dos adultos quanto ao seu comportamento político. A delimitação desses recortes juvenis está expressa no gráfico 7.

Gráfico 7. Distribuição da condição juvenil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

A partir dos critérios propostos anteriormente, o gráfico 7 ilustra as diferentes condições juvenis em que podemos enquadrar a juventude, considerando os marcadores do ciclo de vida. Nesse sentido, temos os jovens solteiros como a condição juvenil mais representativa dentro do banco de dados, seguido pelos jovens adultos e por fim o jovem estudante. Os adultos com 30 anos ou mais formam a maior parte do recorte do banco de dados na medida em que o ESEB se constitui num estudo eleitoral e não focaliza essencialmente a juventude.

A categorização das diferentes condições juvenis nos permite analisar em que medida a situação de cada um desses grupos influencia nas suas percepções políticas. Superando uma visão essencialmente ligada a maturação biológica, podemos observar que o percentual dentro da amostra de cada ano do ESEB revela que já há um número considerável de jovens imersos nas dinâmicas próprias da fase adulta (produção e reprodução). O percentual de jovens estritamente dedicados ao mundo dos estudos se apresenta com a menor representatividade, o que novamente evidencia como a inserção no mercado de trabalho é um fator pertinente a

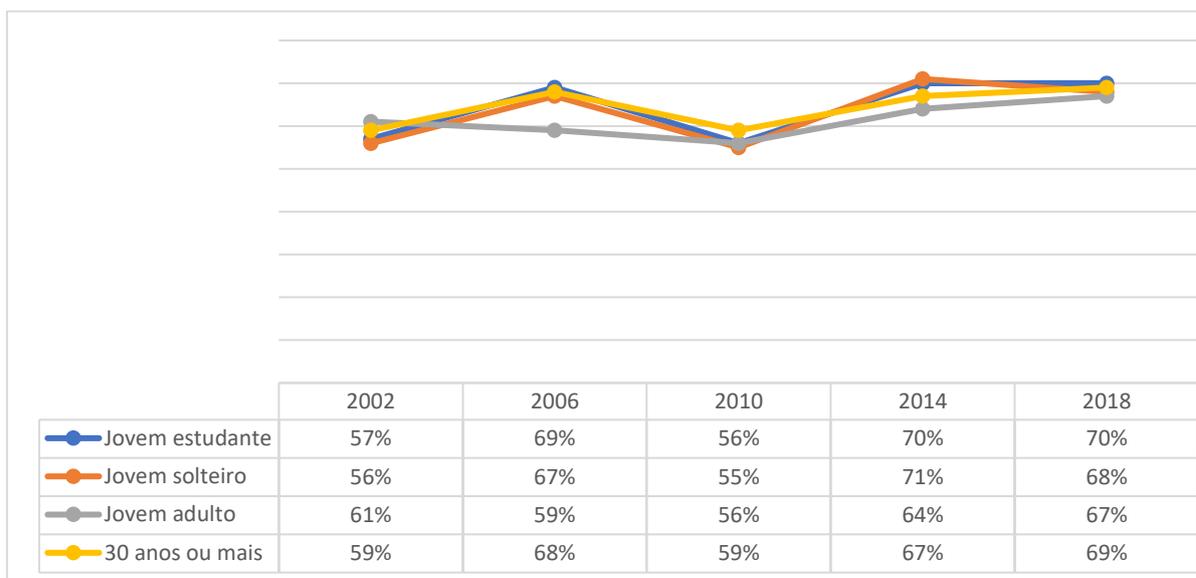
grande maioria da população jovem que tende muitas vezes a conciliar o trabalho com o estudo. Os jovens solteiros serão então nossa categoria mais representativa de uma condição “jovem” considerando a proposta dos marcadores sociais do ciclo de vida.

No capítulo seguinte, avaliaremos com mais detalhes a expressão do antipartidarismo, considerando as categorias de juventude elencadas neste capítulo a partir da perspectiva do ciclo de vida, bem como a força do contexto social e como as diferentes juventudes respondem a esses acontecimentos.

5. EFEITOS DE CONTEXTO E CICLO DE VIDA SOBRE O ANTIPARTIDARISMO

Considerando o recorte interno da juventude e como cada uma delas experiencia e interpreta a arena política, propomos repensar as dinâmicas de avaliação partidária de modo a ilustrar como cada uma das categorias juvenis tem percebido a atuação dos partidos políticos ao longo das últimas décadas. Para isso, retomamos a variável “Existe algum partido que represente sua maneira de pensar?”, procurando retratar como se dá essa percepção mais racionalista quanto à identificação com os partidos políticos. No gráfico 8, destacamos aqueles que responderam negativamente quanto a identificação com os partidos políticos.

Gráfico 8. Identificação racional com os partidos segundo a condição juvenil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

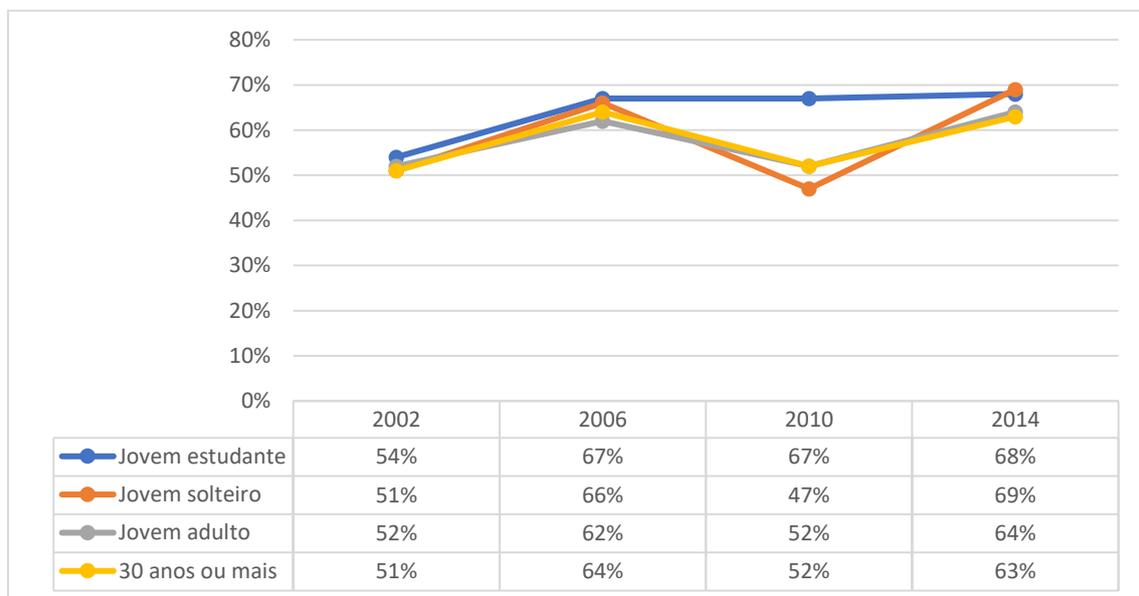
Temos nesse aspecto, um quadro que se assemelha a percepção geral da juventude apresentada no gráfico 1. Novamente o desenvolvimento da identificação mais “racional” para com os partidos tende a se desenvolver numa perspectiva não linear, possuindo períodos de pico e de queda. Apesar disso, é importante destacar o alto percentual de indivíduos em todas as faixas trabalhadas que não possuem uma identificação com os partidos. Como pontuado por Samuels e Zucco (2018), o eleitorado brasileiro está majoritariamente dentro da categoria apartidária, expressando um baixo interesse e identificação pelos partidos. O destaque do gráfico 8 recai especialmente sobre o ano de 2014 no qual os “jovens estudantes” e os “jovens

solteiros”, chegam na casa dos 70% quanto a ausência de identificação com os partidos políticos.

Uma leitura que a rejeição dos jovens nos traz se dá quanto aos efeitos de período que, despontam como fatores importantes para a compreensão das percepções políticas dos jovens. Como destacado, o ano de 2014 esteve imerso no contexto dos grandes ciclos de protesto que marcaram o cenário político brasileiro especialmente a partir de 2013, movimentos que em grande parte foram encabeçados pela juventude, com destaque para os grupos estudantis (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Esses movimentos juvenis também foram os grandes propagadores de novas formas de organização que tentavam propor uma estrutura mais horizontal de tomada de decisões, afastando-se assim do estilo clássico de organização dos canais institucionais de representação (PEREZ, 2019). Nesse sentido, a falta de identificação acentuada nos jovens estudantes se alinha com os efeitos do ciclo de protesto.

Para compreender melhor a oscilação nas avaliações das diferentes juventudes sobre os partidos políticos, o gráfico 9 traz a percepção em um aspecto mais “afetivo” sobre os sentimentos partidários. Destacamos no gráfico 9 as respostas negativas quanto a identificação com os partidos, em vista de concentrar a análise na rejeição as legendas.

Gráfico 9. Identificação afetiva com os partidos segundo a condição juvenil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

O gráfico 9 traz essa visão de identificação mais afetiva como afirmado, considerando que trabalha não com uma questão que remete à identificação ideológica, mas apela ao gosto pessoal do eleitor em um sentido mais direto. O resultado, entretanto, caminha na mesma

direção do gráfico 8, com o destaque novamente para a categoria do jovem estudante que a partir de 2006 manterá uma crescente rejeição aos partidos políticos. Destacando-se dos demais no ano de 2010 com 67% de negativas quanto à identificação afetiva com algum partido, a categoria jovem estudante nos remete ao seu pioneirismo nas Jornadas de Junho de 2013. De um ponto de vista macro o ano de 2010 não terá nenhum evento político de destaque com força para influenciar no aumento da rejeição aos partidos políticos, porque então o jovem estudante apresentará esse percentual no ano de 2010, em sentido contrário aos demais jovens?

Uma das hipóteses que a teoria nos permite inferir, dá-se no sentido de que o jovem estudante está mais próximo do ideal proposto de “cidadão crítico”, como pautado por Norris (1999). Além disso, os pressupostos da tese do desenvolvimento humano de Inglehart e Welzel (2005), propõem que os indivíduos dotados de um refinamento cognitivo e em períodos de estabilidade e desenvolvimento econômico tendem a se voltar para pautas pós-materialistas, com destaque para a auto expressão. Essa ótica se alinha com as condições socioeconômicas entre 2010 e meados de 2014, de onde podemos considerar a possibilidade de o jovem estudante ter desenvolvido essa rejeição mais acentuada pela necessidade de uma participação mais direta na política, evitando os canais de mediação institucionais.

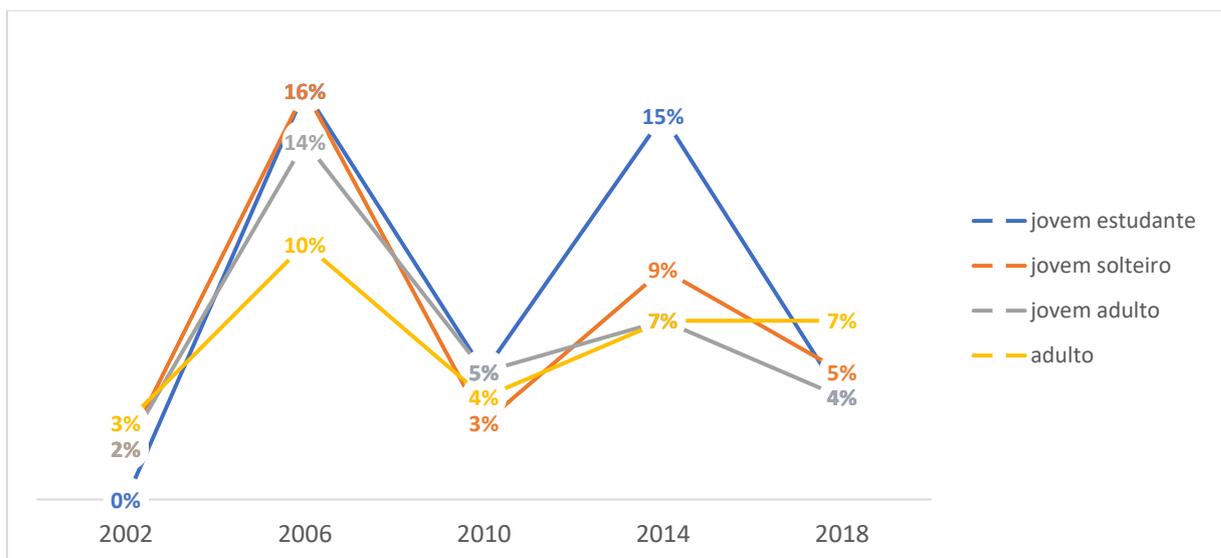
Importa considerar também o intenso movimento de interiorização do ensino superior ocorrido entre 2003 e 2014, com a criação de campus fora das capitais. Como reforçam Rios e Perez (2020), o espaço universitário foi fortemente impactado pelas mudanças advindas do acesso das camadas populares ao ensino universitário, especialmente no desenvolvimento de novas formas de organização e atuação política por parte dos jovens. A universidade, mais do que um ambiente de construção do “ser profissional”, também se concretizou como um espaço de interação e mobilização dos mais diversos grupos que, não raro levam suas pautas para o público sob diversos repertórios de ação coletiva (RIOS; PEREZ, 2020).

Essa análise nos leva a considerar também o impulso para os ciclos de protestos que marcaram o cenário político a partir de 2013 e se estenderam até 2016 (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Tais manifestações englobaram as mais diversas pautas e tiveram como estopim os movimentos estudantis na luta pelo passe livre no transporte público (SHERER-WARREN, 2014). O fato de o gráfico demonstrar a persistência de uma não identificação partidária na juventude estudante a partir de 2006 nos ajuda a compreender o porquê foram esses atores uns dos pioneiros dos ciclos de protestos com a consequente exposição de uma rejeição aos partidos políticos. Ademais, uma vez dentro do ano em destaque para as manifestações observamos que todos os grupos tendem a aumentar sua rejeição aos partidos.

5.1 Antipartidarismo e condição juvenil

Para aprofundar nossa análise adotamos um recorte mais delimitado dos jovens que expressam sentimentos antipartidários, nesse sentido foram considerados antipartidários os jovens que marcaram 0 para o PT e 0 para uma ou mais legendas ou responderam não conhecerem, ou se negaram a responder. Como refinamento desses dados, cruzamos essas respostas com as variáveis “Existe algum partido que represente sua maneira de pensar?” e “Existe algum partido que você goste?”. Assim, em nosso gráfico 10 destacamos como cada categoria juvenil tem expressado o antipartidarismo ao longo das últimas duas décadas, apresentamos também como grupo de referência os “adultos” (30 anos ou mais), em vista de ampliar nossa análise.

Gráfico 10. Antipartidarismo e condição juvenil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

O gráfico 10 apresenta um recorte mais delimitado dos jovens que expressam sentimentos antipartidários segundo os critérios apresentados anteriormente. Analisando internamente cada grupo em recorte chegamos a essa distribuição do antipartidarismo ao longo das duas últimas décadas. A primeira observação que temos se dá quanto à similaridade da nossa dispersão do antipartidarismo quando aos gráficos anteriores (8 e 9). Percebe-se a grande mobilidade do sentimento de rejeição aos partidos nas últimas décadas e o destaque novamente para os anos de 2006 e 2014.

A volatilidade do eleitorado brasileiro, quanto aos sentimentos partidários já havia sido abordada por Samuels e Zucco (2018) em seu estudo sobre o antipetismo e antipartidarismo. Segundo os pesquisadores os laços partidários do brasileiro são frágeis e mais suscetíveis as mudanças de conjuntura. Nosso gráfico reforça essa percepção, considerando os estratos juvenis abordados.

Como observamos, entre os estratos da juventude a rejeição aos partidos políticos tende a ser mais alta que a dos adultos, especialmente a partir de 2006. Além das dificuldades impostas a uma identificação entre o eleitorado jovem e os partidos políticos, como destaca Okado e Ribeiro (2015), nos anos em destaque os grandes escândalos de corrupção (2006 com o Mensalão) e os ciclos de protestos (2014), direcionaram aos partidos políticos a culpa pela situação do país, alimentando uma rejeição que no cenário brasileiro dá indícios de se constituir num padrão cultural (BAQUERO; LINHARES, 2011).

Pelo exposto, observa-se que em 2006 temos percentuais maiores de rejeição, mesmo quando comparados a 2014, o que nos faz refletir sobre como os escândalos de corrupção de 2006 no chamado ‘Mensalão’ podem ser relacionados com esse salto na rejeição, uma vez que o esquema se dava diretamente sobre o modo de operação partidária e troca de favores entre os poderes legislativo e executivo. A estabilidade econômica alcançada em 2010 pode ser creditada como um fator que incide em uma avaliação mais positiva sobre os partidos políticos, as diferenças quanto ao antipartidarismo entre as diversas condições juvenis e ciclo de vida não chegam a ser expressivas.

Em 2014, no entanto, a categoria Jovem estudante novamente se destaca em relação as demais, seguida pelos jovens solteiros. Esse movimento nos remete novamente a teoria do desenvolvimento humano como uma leitura possível ao contexto desse período. A rejeição aos partidos políticos pode ser compreendida dessa forma como o resultado de uma condição positiva na situação socioeconômica aliada ao desenvolvimento de um refinamento cognitivo que valoriza a auto expressão e participação direta. Condicionada e reforçada pelos ciclos de protestos que passaram a cobrar das instituições de representação melhorias na condição de vida. É importante considerar também que o jovem estudante está ligado ao espaço acadêmico no qual o debate político é realizado de maneira mais proeminente. Nesse sentido, a teoria da mobilização cognitiva é um fator que contribui com a análise dessa categoria juvenil, considerando que o ambiente universitário agrega os dois principais fatores dessa teoria: a escolarização elevada e o interesse por política.

Nessa perspectiva, os jovens estudantes seriam uma categoria de vanguarda na expressão dos sentimentos antipartidários a partir de 2006, destacando-se fortemente em 2013,

o que pode ser evidenciado nos estudos que tratam das Jornadas de Junho (PEREZ, 2019; TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Além disso, a projeção do antipartidarismo em nosso gráfico 10 contrastado com os gráficos de identificação partidária (8 e 9), apontam que os jovens eleitores de um modo geral navegam facilmente entre o antipartidarismo e o apartidarismo, concentrando-se nesta última categoria.

Os dados de 2018 nos sugerem uma leitura diferente da que os gráficos 8 e 9 nos apontaram. Concentrando apenas no antipartidarismo percebemos uma queda expressiva no ano de 2018, que pode ser interpretada dentre outros fatores pela eleição atípica que marcou esse ano. A candidatura de extrema direita do então presidente Jair Messias Bolsonaro se constitui num fator que impactou num movimento de identificação partidária, perceptível no alto grau de sucesso eleitoral do partido do PSL, que até esse ano era um partido pequeno no cenário nacional. Se o antipetismo pode ser encarado como uma marca para o ano de 2018 o antipartidarismo não parece caminhar no mesmo sentido. O alto índice de abstenção eleitoral do ano de 2018 nos sugere também que o apartidarismo foi o elemento que mais se desenvolveu no eleitorado em 2018.

Na Tabela 03 construímos um apanhado do antipartidarismo ao longo dessas duas décadas relacionando com a tese do ciclo de vida no sentido de observar como a condição juvenil se comporta em relação ao antipartidarismo. Como categoria de referência para a condição juvenil estabelecemos a fase adulta, compreendida a partir dos 30 anos de idade para as vias desta pesquisa. Já em relação ao peso das conjunturas políticas e sociais apresentamos na tabela a medida que o eleitorado expressa o antipartidarismo, tendo como referência o ano de 2002. Além disso, foram utilizadas como variáveis de controle a escolaridade (dividida em quatro categorias) e o sexo.

Tabela 03. Antipartidarismo, Ciclo de Vida e condição juvenil

<i>Variáveis</i>	<i>B</i>	<i>Razão de Chance</i>
<i>Sexo</i>	-0,020	0,980
<i>Sem instrução</i>		
<i>Superior ou mais</i>	0,098	1,103
<i>Ensino médio</i>	-0,032	0,968
<i>Ensino primário</i>	-0,071	0,932
<i>Esquerda</i>		
<i>Centro esquerda</i>	-0,369	0,691
<i>Centro</i>	0,057	1,058
<i>Centro direita</i>	-0,469	0,626
<i>Direita</i>	-0,099	0,906
<i>Sem posicionamento ideológico</i>	0,853**	2,346
<i>2002</i>		
<i>2006</i>	1,720**	5,584
<i>2010</i>	0,570**	1,769
<i>2014</i>	1,176**	3,241
<i>2018</i>	1,027**	2,793
<i>Adulto</i>		
<i>Jovem estudante</i>	0,290	1,337
<i>Jovem solteiro</i>	0,062	1,064
<i>Jovem adulto</i>	-0,107	0,898
<i>Constante</i>	-3,703	0,025

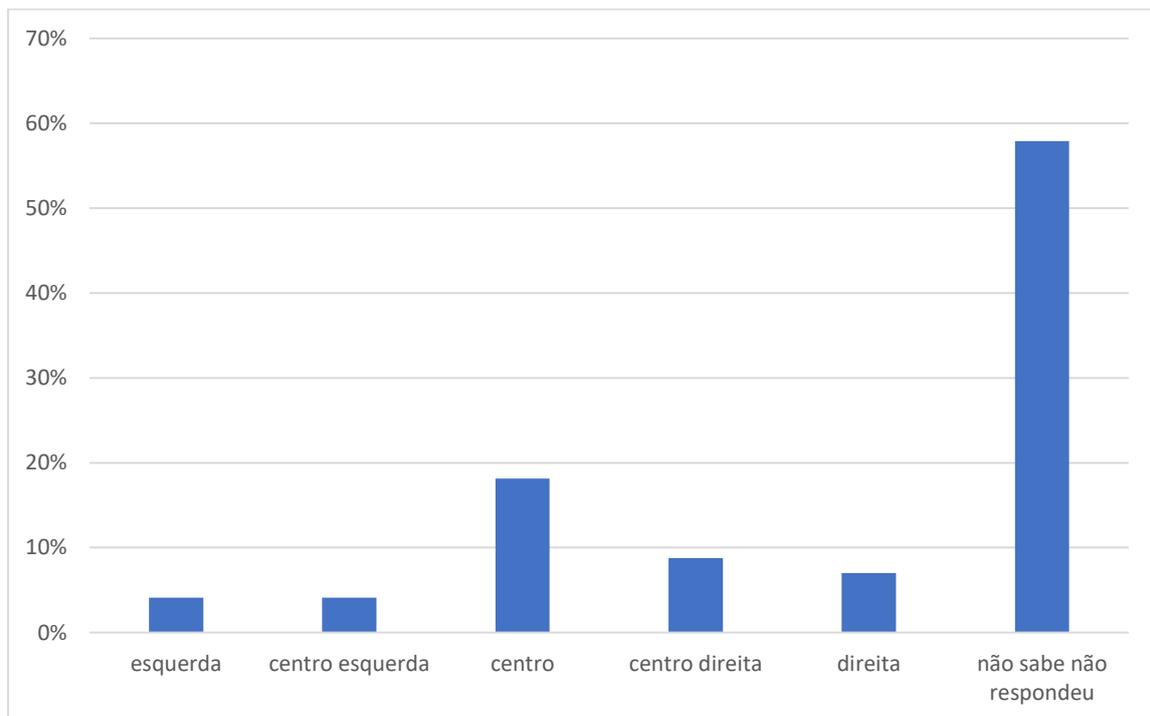
Notas: *significativo a 5%; **significativo a 1%

Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

Os dados demonstram que os fatores escolaridade e sexo não são significativos para a expressão de sentimentos antipartidários, o que nos sugere a perspectiva de um antipartidarismo amplamente disposto na sociedade, em seus diversos segmentos. Um dado que se mostra significativo em nossa regressão é a questão ideológica, os indivíduos que não se posicionaram ou não souberam se posicionar entre a direita e esquerda apresentam uma razão de chance de 134,6% em apresentar sentimentos antipartidários quando comparados com os eleitores assumidamente de esquerda.

Para ilustrar melhor a disposição ideológica entre os jovens antipartidários dispomos no gráfico 3 a distribuição entre direita e esquerda. Assim como na regressão não adotamos categorias dicotômicas para delimitar o espectro ideológico.

Gráfico 11. Posicionamento ideológico dos jovens antipartidários



Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018

Os dados do gráfico 11 corroboram com a leitura de nossa regressão na Tabela 2. Como pode-se observar os jovens tendem a não se posicionarem fortemente nos polos ideológicos (direita-esquerda), preferindo não evidenciar um posicionamento ideológico. Esse dado leva ao menos a duas leituras, primeiramente há a constatação histórica da prática partidária brasileira numa perspectiva mais pragmática, reagindo conforme o cenário, postura que cria uma dificuldade em reconhecer os limites ideológicos que pautam a arena política (BORBA;

GIMENES; RIBEIRO, 2015). Em outra perspectiva, o gráfico 11 sugere que o posicionamento ideológico também é encarado como uma forma ultrapassada e engessada de se pautar na arena política pelos jovens.

Retomando nossa regressão na tabela 2 teremos outro fator importante como significativo para nossa análise: os anos, constituindo-se em variável que reflete os efeitos de contexto político e social sobre a expressão dos sentimentos partidários. A responsividade do eleitorado tem se afirmado diante das pesquisas sobre sentimentos partidários como um elemento predominante para a compreensão da política brasileira (SAMUELS; ZUCCO, 2018; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018).

Tendo como referência para comparação o ano de 2002 que inicia nossa série histórica, temos uma incidência positiva em todos os anos em estudo. O ano de 2006 apresenta a maior tendência para o desenvolvimento do antipartidarismo, 5 vezes mais chances de o eleitor ser antipartidário nesse ano. Esse dado aponta para a força dos escândalos de corrupção que ficaram conhecidos como “mensalão”, marcando negativamente a imagem dos partidos, em especial do PT que era um dos principais responsáveis pelo aumento na identificação partidária geral do eleitorado (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Contrariando as expectativas, 2006 apresentará a maior tendência ao antipartidarismo da série histórica, superando o período marcado pelos ciclos de protestos que se iniciaram em 2013 e se estenderam até 2016. Nesse sentido nos cabe algumas hipóteses que ajudam a compreender esse dado. Primeiramente os escândalos do mensalão foram eventos políticos muito direcionados a figura dos partidos políticos e mancharam em especial a reputação do único partido de massa brasileiro (MIGUEL; COUTINHO, 2007). Miguel e Coutinho (2007) salientam ainda a força da mídia de massa para o fortalecimento do escândalo do mensalão diante da opinião pública, além disso, nesse período a internet estava começando a se popularizar no país facilitando ainda mais a disseminação de informação e até mesmo novos meios de organização.

Como pontua Urbinati (2016), o desenvolvimento da internet deu margem para mais do que acesso a informação, possibilitou o surgimento de novos paradigmas de participação política que levaram a uma descrença e até mesmo rejeição ao que ela define como “corpos intermediários” (mídia e partidos políticos). Esses fatores apresentam algumas pistas sobre o porquê da rejeição aos partidos políticos em 2014 ser alta e ao mesmo tempo, não ser o topo de nossa série histórica, considerando como as Jornadas de Junho trouxeram o antipartidarismo para as agendas de pesquisa.

Em 2010 temos um percentual de 76,9% de chances de o eleitor ser antipartidário. Esse ano terá nossa menor probabilidade de o indivíduo apresentar sentimentos antipartidários, contribuindo com nossa leitura da força das condições político-econômicas para desenvolvimento de sentimentos partidários no brasileiro. O período entre 2008 e 2010 será marcado por um elevado crescimento econômico do país, aliado a ganhos sociais em diversas áreas, apesar de não ser o suficiente para impedir o desenvolvimento do antipartidarismo, temos uma redução considerável na força do antipartidarismo. Esses dados também evidenciam como o antipartidarismo é um dado solidificado na cultura política do brasileiro, mesmo em períodos de sucesso das legendas partidárias é possível averiguar percentuais altos de rejeição aos partidos políticos.

Para o ano de 2014 o antipartidarismo apresentará pouco mais de 3 vezes a possibilidade de se manifestar no eleitorado. Assim como 2006, o contexto de 2014 será turbulento para os partidos políticos e agregará alguns agravantes. O ciclo de protestos iniciado em 2013 com as Jornadas de Junho começa com uma diversidade de pautas e reivindicações que desembocam numa revolta contra as instituições formais de representação (SHERER-WARREN, 2014). Os partidos não foram diretamente os alvos dos protestos desse período, mas a sua participação nas manifestações não era compreendida como legítima.

A valorização de formas de organização que se apresentam como antíteses dos partidos políticos foram fatores fortemente observados ao longo desse ciclo de protestos e nos levam a avaliar o antipartidarismo desse período também como uma expressão de anseio por uma democracia mais participativa, a exemplo do que constata Perez (2019). No ano de 2018 há uma redução na probabilidade do antipartidarismo se manifestar, entretanto temos ainda 179% de chances de o eleitor expressar sentimento antipartidário. Em parte esse dado revela como a polarização das eleições desse ano implicaram positivamente para o partidarismo e em outra aponta como o sentimento de rejeição mais acentuada está se cristalizando na cultura política do brasileiro.

5.2 Condição Juvenil e o contexto político

A teoria do ciclo de vida nos propõe marcadores sociais que implicam na mudança de papel dos indivíduos na sociedade, fatores estes que teriam influência na expressão e formação da cultura política dos atores (OKADO, 2013; OKADO; RIBEIRO, 2015). No entanto, como exposto em nossa Tabela 3, a condição juvenil estabelecida a partir dos pressupostos do ciclo de vida não se mostraram significativas por si só em relação ao antipartidarismo. Dessa forma,

foram realizadas regressões dentro de cada ano em estudo de modo a averiguar como a condição juvenil se comporta diante dos diversos contextos políticos e sociais.

Os anos de 2002, 2010 e 2018 não apresentaram significância para a condição juvenil em relação a expressão de antipartidarismo. No entanto, em 2006 e 2014 os jovens solteiros e jovens estudantes se apresentaram como categorias significativas e mais propensas a expressar o antipartidarismo. Na Tabela 4 agregamos as regressões de 2006 a 2018 para ilustrar as mudanças dentro do recorte temporal analisado.

Tabela 4. Condição juvenil e contexto político

Variáveis	2002	2006		2010	2014		2018
	B	B	Razão de Chance	B	B	Razão de Chance	B
Sexo	-0,496	0,137	1,146	-0,213	0,025		0,001
Sem instrução						1,009	
Superior ou mais	0,141	-0,677	0,508	-0,384	0,009	0,728	1,144
Ensino médio	0,546	-0,492	0,611	-0,288	-0,317	0,728	1,037
Ensino primário	0,371	-0,4	0,67	-0,345	-0,317		0,872
Adulto							
Jovem estudante	-1,278	0,677	1,968	0,235	0,854*	1,428	-0,757
Jovem solteiro	-0,093	0,649*	1,913	-0,368	0,356	1,000	-0,353
Jovem adulto	-0,441	0,472	1,603	0,209	0,000	0,09	-0,712
Constante	-3,766	-1,933	0,145	-2,732	-2,41		0,001

Notas: *significativo a 5%

Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2006 a 2018

Como assinalado, em 2006 o antipartidarismo apresentou sua maior expressividade no eleitorado, evidenciando a força dos escândalos de corrupção sobre a expressão dos sentimentos partidários. Especificando o recorte da condição juvenil em 2006 é o jovem solteiro que demonstrará significância em nossa análise, com uma razão de chance de 91,3% em ser antipartidário quando comparado com o adulto.

Cabe considerar que o jovem solteiro pode ou não estar imerso no mercado de trabalho segundo nossa classificação. Essa postura foi adotada na medida em que o trabalho sozinho não constitui marcador suficiente para delinear a passagem para outra fase do ciclo de vida e consequente desempenho de novo papel social. Além disso, o jovem brasileiro, em um sentido amplo, tende a ingressar no mercado de trabalho cedo e delimitar a juventude a partir desse único aspecto incidiria na exclusão de grande parte dos jovens do país, como demonstramos em nosso gráfico 6.

Os baixos incentivos das legendas partidárias em torno da captação de filiados, sua estrutura burocrática e sua incapacidade de mobilizar e proporcionar uma educação política são fatores que de antemão já demarcam um distanciamento os partidos políticos para com os jovens. Especificamente sobre os jovens solteiros estudos como os de Okado e Ribeiro (2015) apontam no sentido de que essa categoria de jovens possuem uma menor disposição política, demarcada pela ausência de uma rede de influência como a de um parceiro (a) que realize esse processo de mediação para pautas políticas. Essa leitura corrobora com nossos dados sobre a rejeição aos partidos políticos, tanto pelo modo como os jovens solteiros tendem a rejeitar os partidos como pela forma como os jovens adultos se comportam quanto ao antipartidarismo.

Além disso, esse dado contribui para confirmar nossas hipóteses, por um lado ao demonstrar como a condição juvenil absorve e expressa de modo particular os sentimentos antipartidários e também ao evidenciar a força do contexto político. Nesse mesmo sentido a leitura do ano de 2014 reforça nossas hipóteses ao apresentar a expressividade do jovem estudante como uma categoria significativa quanto ao antipartidarismo.

A condição do jovem estudante está permeada pela ausência dos principais marcadores da vida adulta, constituindo-se de indivíduos que não possuem um núcleo familiar próprio e também não estão dentro do mercado de trabalho. Essa condição e a predisposição do jovem estudante em manifestar sentimentos de rejeição acentuada aos partidos políticos nos levam a considerar as teorias que tratam da mobilização cognitiva, ou da formação de um cidadão crítico, a exemplo dos trabalhos de Dalton, McAllister e Wattenberg, (2003); Norris, (1999). Os próprios movimentos políticos historicamente marcantes no país indicam a proeminência da

juventude estudantil como atores mais mobilizados e engajados, especialmente na luta por pautas democráticas (SHERER-WARREN, 2014).

Tomar os pressupostos do desenvolvimento humano de Inglehart ou da mobilização cognitiva de Dalton nos ajudam a fazer uma leitura sobre as ações da juventude estudantil, entretanto, não dão conta de compreender as dinâmicas do comportamento político das demais juventudes. Como já asseverado por Okado e Ribeiro (2015), a inconstância das condições econômicas do país ao longo dos anos torna difícil a transformação da cultura política de todo o eleitorado em vista de pautas pós-materialistas.

Uma questão importante que os dados nos trazem é a mudança entre 2006 e 2014, no sentido de que o jovem solteiro deixa de ser uma variável significativa para dar lugar a condição juvenil do estudante. A primeira leitura que podemos realizar desse dado se dá na própria questão temporal, são juventudes diferentes, de gerações diferentes. Como Mannheim (1982) já argumentava no século passado, o que distingue as gerações são os diferentes contextos históricos e sociais nos quais cada uma está inserida. A juventude de 2014 é um grupo que se forma dentro dos governos petistas e em um ciclo de desenvolvimento econômico.

Outro fator que incide nessa mudança é a própria transformação do espaço acadêmico no Brasil. Rios e Perez (2020), salientam as profundas mudanças no ambiente estudantil do Brasil, especialmente o universitário, destacando as políticas de universalização do acesso pelas cotas e a interiorização da universidade. Esse movimento promoveu a formação de um novo perfil do jovem estudante no país e conseqüentemente o desenvolvimento de novas estruturas de participação dentro do ambiente acadêmico, com especial destaque para os coletivos e sua demanda por uma organização fluída e horizontal.

A condição do jovem adulto é um ponto que reforça a relevância dos marcadores sociais de transição propostos pelo ciclo de vida. Apesar de estarem dentro da faixa etária proposta como própria a maturação biológica do jovem, os papéis sociais que esses indivíduos desempenham já são plenamente de adultos. Dessa forma, o fato de o jovem adulto não demonstrar uma tendência antipartidária em contraste a categoria dos adultos vai de encontro ao que a literatura do ciclo de vida defende, em especial como o trabalho e o núcleo familiar próprio são elementos que demarcam uma passagem para outra fase da vida.

Diante do que foi demonstrado podemos perceber como os sentimentos partidários são fatores de importância para compreensão do comportamento político dos indivíduos. Não apenas o seu nível de identificação com as legendas, mas também a rejeição a elas tem se consolidado como elementos que constituem a cultura política do jovem e do eleitor em geral no Brasil. Um dado que desponta em nossas análises também é a força do contexto político e

social sobre os sentimentos partidários. Como nossa regressão sugere o Mensalão e as Jornadas de Junho são exemplos de como o cenário político social influenciam na expressão do antipartidarismo.

Nesse aspecto, as Jornadas de Junho se tornam um evento ainda mais relevante quando pensamos a condição do jovem estudante, tendo em vista o forte engajamento dos jovens nesse ciclo de protesto e no seu caráter antipartidário. Ainda que não se possa apontar as Jornadas como a causa do antipartidarismo, ou mesmo o inverso, a correlação entre esses fatores ficou expressa em nossos dados.

6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou compreender aspectos da cultura política dos jovens, em especial como eles expressam e desenvolvem a rejeição aos partidos políticos. Apesar de o partidarismo ser uma pauta histórica na ciência política a discussão sobre os sentimentos partidários em interface com temática das juventudes se constitui num campo pouco trabalhado, especialmente no Brasil.

No presente estudo, tomamos como ponto de partida a análise da variação dos sentimentos antipartidários expressos pela juventude nas últimas duas décadas a partir dos dados obtidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Adotamos como hipóteses a influência dos fatores do ciclo de vida como determinantes da condição juvenil sobre a expressão do antipartidarismo e; a força de eventos históricos de grande impacto, com destaque para as Jornadas de Junho em 2013, como catalizadora dos sentimentos antipartidários.

A teoria do ciclo de vida aponta a importância de marcadores sociais para a distinção dos diferentes papéis sociais que os indivíduos podem desempenhar ao longo de sua existência. Nesse sentido, a partir dos marcadores propostos pela teoria do ciclo de vida, em especial os que se ligam as dinâmicas da produção e reprodução, estabelecemos os critérios da condição juvenil. Assim, a classificação da condição juvenil a partir dos elementos da teoria do ciclo de vida nos permitiram averiguar como as diferentes juventudes expressam os sentimentos partidários.

Corroborando com as hipóteses apontadas neste trabalho, a condição juvenil se demonstrou um fator significativo na expressão do antipartidarismo quando comparamos com os adultos. Os jovens dentro das condições propriamente juvenis (jovem solteiro, jovem estudante) apresentaram maior propensão a expressar o antipartidarismo, especialmente em períodos marcados por acontecimentos que mobilizam o cenário político e social, como foi o caso dos escândalos de corrupção do Mensalão (2005, 2006) e das Jornadas de Junho em 2013. A forma como o jovem adulto (aquele que mesmo na faixa etária de 15 a 29 anos já possui família e trabalho) se assemelha nos resultados ao adulto reforçam a importância dos marcadores sociais para uma compreensão mais profunda sobre o comportamento político das juventudes.

Apesar da expressividade que o ano de 2006 demonstrou em nossa pesquisa quanto ao antipartidarismo o ciclo de protestos iniciado com as Jornadas de Junho em 2013 merece destaque por não só apresentar esse alto percentual de rejeição aos partidos políticos entre os

jovens, mas também por expor essa rejeição de modo mais visível para toda a sociedade. A própria estruturação dos protestos e os movimentos que nasceram ou se fortaleceram a partir daí marcam um antagonismo entre o modo de organização dos partidos e aquilo que as juventudes valorizam como modelo de atuação política.

Em linhas gerais, as análises aqui expostas, longe de esgotar o campo de pesquisa dos sentimentos partidários e das juventudes, abrem uma série de agendas de estudo sobre esse fenômeno que os presentes dados não são capazes de dar conta. Para seguimento desse estudo, destacamos a importância de investigar como se forma a cultura política do jovem estudante em comparação às demais categorias juvenis, relação que pode nos ajudar a compreender um pouco melhor os sentimentos partidários e sua relação com os grandes ciclos de protestos que ocorreram no Brasil.

Além disso, este estudo demonstrou como a condição juvenil é algo plural, que não pode ser reduzido a uma única categoria, homogeneizando atores tão distintos entre si. Nesta pesquisa, debruçamo-nos em algumas dessas condições juvenis que os bancos de dados disponíveis nos permitiram categorizar. Desse modo, fica em aberto uma série de possibilidades de estudo quanto a outros fatores que possuem igualmente peso para o reconhecimento das juventudes. A título de exemplo, destacamos a importância de se pesquisar as diferenças na cultura política das juventudes em contexto rural comparados aos de contexto urbano. A própria questão territorial é um fator que merece destaque para a compreensão das juventudes em um país continental como o Brasil.

Outra agenda que se constitui é a importância de constituir análises mais focadas na expressão dos sentimentos partidários, com instrumentos de coleta de dados desenvolvidos para esse fim. Essa importância dos sentimentos partidários para a estabilidade da democracia e a mobilização para o voto se apresenta como justificativa forte para o incentivo a uma melhor compreensão sobre como esses sentimentos se desenvolvem.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, G; VERBA, S. **The civic culture**. Newbury Park: **Sage**, 1989.
- AUGUSTO, A; ROSA, P; RESENDE, P. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.40, v.21, p.21-37, jan.-jun. 2016.
- BAQUERO, M; BAQUERO, R. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, n.8, v.4, p.19-25, nov. 2012.
- BAQUERO, M; BAQUERO, R. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva** (6) 11: 2º sem. 2007.
- BAQUERO, M, BAQUERO, R; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas n.137, v.37, p.989–1008, out-dez. 2016.
- BAQUERO, M; LINHARES, B. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, n.01, v.5, p.89-114, jan.-jun. 2011.
- BAQUERO, M; MORAIS, J. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n.25, p.33-62, jul.-dez. 2018.
- BAQUERO, M; VASCONCELOS, C. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. In: **Anais do V Congresso da Compolítica. 2013, Curitiba. GT Cultura política, comportamento e opinião pública**. Curitiba, 2013.
- BARDI, L. Anti-party sentiment and party system change in Italy. **European Journal of Political Research**, Netherlands, n.03, v.29, p.345–363, abr. 1996.
- BORBA, J; GIMENES, E; RIBEIRO, E. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo Brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, n.1, v.101, p.27-55, mar. 2015.
- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: **Marco Zero**. p. 112-121, 1983.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia SA. 2018.
- DALTON, R; MCALLISTER, I; WATTENBERG, M. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**, n.167, v.38, p.295–320, 2003.
- DIAS, A. Sentimentos antipartidários e seus determinantes na América Latina em 2012. **Revista Teoria & Política**, n.2, v.27, p.26-53, 2018.

FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, São Paulo, n°83, p. 145-178, 2011.

FUKS, M; BORBA, J; RIBEIRO, E. Polarização, Antipartidarismo e tolerância política no Brasil. In: **Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs, 2018, Caxambu. GT 05 Comportamento Político, Opinião Pública e Cultura Política**. Caxambu, 2018. p. 17

GIMENES, E.; BORBA, J.; CARREIRÃO, Y; RIBEIRO, E. A. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. In: **39º Encontro Anual da ANPOCS GT 06 - Comportamento Político e Opinião Pública**, 2015.

GIMENES, E. Comportamento eleitoral e tipologia da ação social weberiana: considerações sobre a tese do apartidarismo norte-americano. **Em Tese**, Florianópolis, n.1, v.11, p.109-132, jan.-jun. 2014.

GIMENES, E. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017.

GIMENES, E; BORBA, J. Adesão à Democracia e Apartidarismo na América Latina: Análise Multidimensional. **Mediações**, Londrina, n.3, v.24, p.167-183, set.-dez. 2019.

GRAMSCI, A. Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica. In: SADER, Emir. **As armas da crítica**. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2012.

IGNAZI, P. Power and the (il)legitimacy of political parties: An unavoidable paradox of contemporary democracy?. University of Bologna, Italy. Downloaded from ppq.sagepub.com at **UNIV OF SOUTHERN CALIFORNIA** on April 1, 2014.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 20 Nº. 57** p. 66-81, 2005.

KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A.; PAIVA, D. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Belo Horizonte, 2016.

KRISCHKE, P. Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. **Revista Internacional Interdisciplinar-Interthesis**, Florianópolis, n.2, v.1, p. 01-27, out. 2004.

LIMA, M. P. C.; ARTILES, A. M. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva a participação individual no protesto social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 103, Maio, p. 137-172, 2014.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações, In: FORACCHI, M. M. (org), **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. n° 6, p. 05-14, 1997.

MICHEL, R. **Political Parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy**. Batoche Books: Canadá, 2001.

MIGUEL, L; COUTINHO, A. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 13, n° 1, p.97-123, 2007.

MOISÉS, J. Cultura política, instituições e democracia – Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n° 66, p. 11-44, 2008.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford University Press, 1999.

OKADO, L. **Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?**. Dissertação. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 102. 2013.

OKADO, L; RIBEIRO, E; LAZARE, D. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. **Pro-Posições**, n.1, v.29, p.267-295, jun.-dez. 2018.

OKADO, L; RIBEIRO, E. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, n.01, v.04, p.53-78, fev. 2015.

OPPO, A. Socialização política. In: BOBBIO, N. (org) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

PAIS, J. A construção sociológica da juventude- alguns contributos. **Análise Social**, n° 1, 2, v. 25, p. 139-165, 1990.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. O eleitor antipetista: Partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinio Publica**, v. 22, n. 3, p. 638–674, 2016.

PEREZ, O. Relação entre coletivos e as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, Campinas, n.3, v.25, p.577-596, set.-dez. 2019.

PEREZ, O.; SOUZA, B. M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. **41º Encontro Anual da Anpocs. Anais...2017**.

PEREZ, O. C. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. **Revista Izquierdas**. p. 1–16, 2021.

POGUNTKE, T. Anti-party sentiment - Conceptual thoughts and empirical evidence: Explorations into a minefield. **European Journal of Political Research**, Netherlands, v.29, p.319-344, 1996.

POGUNTKE, T; SCARROW, S. The politics of anti-party sentiment: introduction. **European Journal of Political Research**, Netherlands, n.03, v.29, p.257-262, 1996.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMÍREZ, L. Dinâmicas transnacionais em tempos de internet: jovens, mobilização e a apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. **Desidades**, n.12, p.08-16, set. 2016.

RIBEIRO, E. Participação política e juventude: mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política? **Em Debate**, Belo Horizonte, n.8, v.4, p26-34, nov. 2012.

RIBEIRO, E; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 25, nº 3, p. 531-555, 2019.

RIOS, F.; PEREZ, O. C. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década. *In: FACCHINI, R; FRANÇA, I. Direitos em disputa: LGBTQ+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 89-116.

RUAS adotam novo grito de guerra: “sem partidos”. Correio do Povo, 21 de junho de 2013. Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/ruas-adotam-novo-grito-de-guerra-sem-partidos-1.120238>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

SAMUELS, D; ZUCCO, C. **Partisans, anti-partisans, and non-partisans: voting behavior in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2018.

SCHIMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

SHANAHAN, M. J. Pathways to adulthood in changing societies: Variability and mechanisms in life course perspective. *Annual review of sociology*, p. 667-692, 2000.

SOEIRO, J. Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVIII, pág. 55 – 79, 2014.

SPOSITO, M. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

TATAGIBA, L; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 25, nº 1, p. 63-96, 2019.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v.13, n.28, p. 35-62, 2014.

URBINATI, N. Uma revolta contra os corpos intermediários. **Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política** n. 12, p.176-200, 2016.

VAN BIEZEN, I; MAIR, P; POGUNTKE, T. Going, going...gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, n. 51, p. 24-56, 2012.

VEIGA, F; RIBEIRO, E; NICOLÁS, M; BRAGGATO, R. El efecto de la experiencia democrática en la estructura de la legitimidad em América Latina y el Caribe. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 23, nº 2, maio-agosto, 2017.